

POLÍTICA E TRABALHO

7

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CCHLA/UFPB

João Pessoa - Abril/1989

Elaine D.



**POLÍTICA
E
TRABALHO**



SUMÁRIO

Apresentação	03
Mutações Técnicas, Mutações Tecnológicas e impacto no emprego	05
Christian Palloix	
Produção automatizada e teoria do valor	19
Maria Carmela Buonfiglio	
Reestruturação Política do mercado habitacional e rotatividade da mão-de-obra na construção civil em João Pessoa (PB)	33
Alain Morice	
Fracassados e Bons Companheiros: O irrecuperável numa comunidade pesqueira	49
Simone C. Maldonado	
Identidade e movimentos sociais: homogeneidade ou aliança?	59
Maura Penna	
Éramos como dinossauros	71
Marianne Enckell	
RESENHAS	
A tradição restaurada	81
Francisco Hoot Hardman	
Dominação Fabril e identidade operária	83
Jacob Carlos Lima	
O Dom de desiludir (Em torno de "O Corpo Falado", de Antônio Fausto Neto)	87
Paulo de Tarso Cabral Medeiros	
RESUMO DE TESES	
A Maldição do trabalho (Homens, pobres, mendigos, ladrões. . . no imaginário das elites nordestinas - 1850-1930)	98
Ariosvaldo da Silva Diniz	
Movimentos sociais: A resistência e o saber	101
Fernando Luis da Silva	
Trajetórias ocupacionais e reprodução da força-de-trabalho urbana	103
Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira	

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL:

Paulo de Tarso Cabral Medeiros

Jacob Carlos Lima

Maria Carmela Buonfiglio

Simone Carreiro Maldonado

ILUSTRAÇÃO DA CAPA:

Elpídio Dantas

PRODUÇÃO EDITORIAL:

Marconi Almeida

Este trabalho foi composto e impresso
nas Oficinas Gráficas de Almeida Gráfica
e Editora Ltda.

Rua Senador João Lira, 363 – Jaguaribe

Fone: (083) 241-1348 – João Pessoa - PB

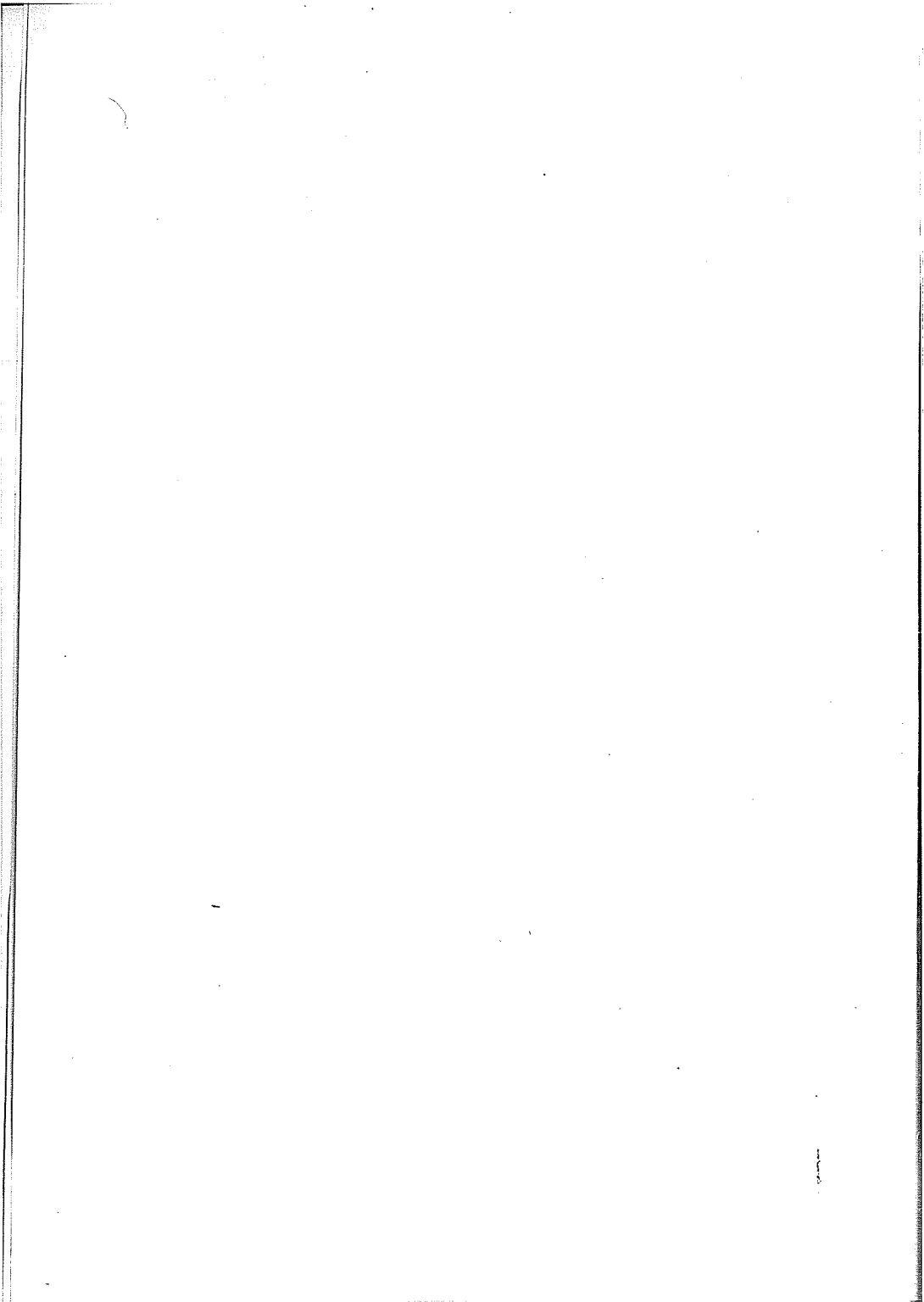


APRESENTAÇÃO

Este número de **Política e Trabalho** contém textos de vários autores articulados em torno de questões como a do trabalho e dos movimentos sociais, seja na forma de reflexões teóricas que incorporam os mais recentes debates sobre os temas, seja no relato elaborado de pesquisas de campo em andamento.

O elenco é instigante: a reprodução de conferência proferida por Christian Palloix no Mestrado, voltada às mudanças tecnológicas em curso e suas implicações sociais; preocupação que prossegue no artigo de Maria Carmela Buonfiglio relacionando a produção automatizada com a teoria do valor trabalho, reformulando-a; também a questão dos trabalhadores da construção civil e sua rotatividade são pensados por Alain Morice, enquanto Simone Maldonado trata da "maritimidade" na pesca simples e o impacto do assalariamento na construção da identidade dos pescadores; Maura Penna apresenta algumas contribuições técnico-metodológicas sobre as identidades sociais relativas à organização de grupos. Finalmente, a questão dos movimentos sociais é contemplada por uma recuperação do movimento feminista a partir de maio de 68. Resenhas de livros recentes e resumos de teses defendidas complementam a revista.

Tão fértil quanto a diversidade de abordagens teóricas aqui presentes, é o acolhimento de textos de pesquisadores de outros centros de produção, abrindo, deste modo, para o Mestrado em Ciências Sociais, uma salutar troca de experiências como se pode perceber lendo as finas análises de Christian Palloix e Marianne Enckell.





MUTAÇÕES TÉCNICAS, MUTAÇÕES TECNOLÓGICAS E IMPACTO NO EMPREGO*

Christian Palloix

Professor do Institute d'Etudes du Développement
Economique et Social – IEDES – Paris e da Univer-
sidade de Amiens – Picardie – Diretor do Convênio
CAPES/COFECUB.

Trataremos aqui a questão das mutações técnicas, das mutações tecnológicas e seu impacto sobre o emprego.

Faço uma diferença entre mutações técnicas e mutações tecnológicas que explicarei ao longo da exposição.

Para abordar a questão, deve-se inicialmente analisar as mutações tecnológicas com relação ao emprego, mas, ao fim, será interessante reverter essa lógica, passando então a vê-la como respostas a problemas colocados pelo sistema salarial. E isto dentro da perspectiva já colocada no seminário anterior, a saber, que o taylorismo e o fordismo são apenas respostas, modos de gestão do trabalho.

Vejamos inicialmente alguns dados sobre a evolução do emprego na França:

Transcrição de Conferência proferida no Mestrado em Ciências Sociais em 28/10/88. Responsável pela transcrição da gravação: Maria Carmela Buonfiglio.

Evolução do Emprego na França 1962-1987

Taxa Anual de Variação Média

	%
Assalariado	- 0,06
Agricultura	- 2,3
Indústria	- 2,2
Const. Civil	- 3,8
Terciário:	
Comércio	- 1,1
Educação, Saúde, Colet. Local	- 2,3
Não Assalariados	- 1,3
TOTAL	- 0,2

Por esses dados vemos que, de 1982 a 1987, tem-se praticamente o mesmo nível de emprego assalariado. Isso com relação a uma certa população ativa. Entretanto, como cresce a população ativa e diminui, ainda que levemente, a taxa total do emprego, tem-se um crescimento da taxa de desemprego.

Há profundas modificações entre os assalariados. O assalariamento no setor agrícola é pouco importante, pois este setor ocupa apenas 270.000 trabalhadores; já a indústria, setor principal, ocupa aproximadamente 4.700.000 pessoas. Porém, o emprego industrial diminuiu 1,56% de 74 a 81 e 2,2% de 82 a 87. Neste setor, perdeu-se mais de um milhão de empregos, o que representa mais de um emprego sobre cinco, o que é enorme.

Na construção civil, também devido a evoluções técnicas, perderam-se muitos empregos: uma redução média de 3,8% ao ano.

Apenas o terciário comercial e o terciário não comercial (saúde, educação, coletividade local) continua a criar empregos. Assim mesmo, é preciso ver o que acontece em cada um deles. No terciário comercial, por exemplo, há ramos onde também se dá redução do emprego. A informatização acele-

rada do sistema bancário levou à destruição de muitos empregos nesse ramo. O comércio e o terciário industrial (setor ligado à informatização da indústria) são os únicos a registrar crescimento do emprego. Mas são poucos os empregos criados. Portanto, em termos de evolução, não temos muito movimento.

O emprego entre os não-assalariados (trabalho autônomo, artesanato ou pequeno comércio) também registra perdas de 1,3% ao ano. Então, a solução não está no interior desse não-assalariamento. Na França, a economia informal não aparece como solução ao problema do emprego, ao contrário da Itália e de muitos países do Terceiro Mundo.

Hoje, na França, a taxa de desemprego é superior a 11%. Mas essa taxa de desemprego é contida pelo chamado "tratamento social do desemprego". Algumas atividades de interesse público, (trabalhos de utilidade coletiva), podem contratar jovens pagando a metade do salário mínimo. Ou seja, estes jovens, por um mesmo emprego que outros, receberão apenas a metade (ou seja, um pouco mais de dois mil francos por mês, uma vez que o salário-mínimo é um pouco superior a quatro mil francos). Muitos jovens só conseguem emprego nos trabalhos de utilidade coletiva; outros, realizam estágios. São os estágios de iniciação à vida profissional (SIVP). Deve-se ressaltar que o principal interesse dessas duas medidas é o de retirar os jovens das estatísticas do desemprego. Para as estatísticas oficiais, quando fazem estágios já não são considerados desempregados. Assim, há uma multiplicidade de estágios — e são financiados de maneira a diminuir essa taxa de desemprego.

Entre os ramos industriais que perderam maior número de empregos, destacam-se a indústria siderúrgica, a indústria automobilística, a indústria têxtil, a indústria química e a petroquímica.

Alguns ramos, como as agro-indústrias registraram aumentos, porém, desde 1987, mesmo nelas o emprego declina. Chega-se a uma situação onde todos os ramos da indústria perdem empregos. E lembro que a França continua sendo a quinta ou sexta potência mundial e que a taxa de lucro dessas empresas, desde 1985, aumentava consideravelmente. Nunca a taxa de lucros das empresas foi tão alta, sendo inclusive superior àquelas anteriores a 1974. Portanto, não se trata de um problema de rentabilidade das empresas uma vez que se restaurou tanto a taxa de lucros como seu ritmo. Então, como se explica essa situação? Lembro também

que a França é uma das potências comerciais do mundo, seja ao nível de suas exportações como de suas importações. Apesar de uma certa deterioração em sua balança comercial, a França continua sendo um grande exportador. Como explicar essa situação? E, ao mesmo tempo, não se vislumbram soluções. Certas análises, na França, colocam a necessidade de um novo crescimento da indústria. Mas que crescimento é esse? Que ramo industrial será capaz de criar empregos? Que modelo de crescimento adotar? Não estamos mais no período 1950-74. A explicação se encontra no âmbito das mutações tecnológicas.

Ao nível das aplicações tecnológicas no processo de trabalho, a França é hoje um dos países mais avançados. Aqui deve-se distinguir duas coisas: a) a aplicação de novas tecnologias no processo de trabalho – e é isso que chamamos de mutações tecnológicas; b) o surgimento de produtos novos que estão relacionados com o consumo final, como por exemplo, aparelhos médicos de alto nível tecnológico, novos produtos das telecomunicações – como as redes de comunicação com fibra ótica.

A França não se destaca no desenvolvimento de novos produtos tecnológicos. Por isso, apela para outras potências (EUA, Inglaterra, Japão) para se provisionar. Importa desses países tecnologias que modificam o processo de trabalho. Ainda para esclarecer essa questão, cito o caso da Associação de Engenheiros da Escola de Minas que publicou em seus anais (ANAIS DE MINAS), no início de 1988, um artigo onde se pedia uma pausa na aplicação de tecnologias na França, porque esse ritmo acelerado levaria a uma catástrofe social. A França já se encontra num nível de aplicação tecnológica muito mais alta que a Inglaterra, ou mesmo que o Japão. Portanto, temos uma situação específica, particular.

É preciso distinguir o que se chama de mutações técnicas clássicas do capitalismo e estas mutações sociais.

Utilizarei a concepção marxista clássica do processo de trabalho para explicar as mutações técnicas e as mutações tecnológicas. O processo de trabalho, segundo Marx, define-se a partir de três elementos básicos: trabalho, o sistema de máquinas e as matérias-primas sobre as quais essas máquinas atuam. O trabalho é o operador do sistema de máquinas que transforma as matérias-primas ou semi-produtos em mercadorias sob a base de um processo de transformação que pode ser mecânico ou de natureza físico-química. (Há dois grandes processos de transformação da matéria-prima: transforma-

ção mecânica ou transformação físico-química, por exemplo, uma usina de açúcar).

Temos o sistema de máquinas que se pode definir como desenvolvimento do maquinismo. O sistema técnico é parte integrante do sistema de maquinismo e em seu desenvolvimento *jamais* modifica a relação entre o trabalho, o sistema de máquinas e a transformação de matérias-primas ou semiprodutos na produção de mercadoria ou valores de uso.

As mutações técnicas anteriores se traduziam de um lado por uma compressão dos efetivos, mas por outro, pela geração de novos ramos industriais e de novos empregos. Isso permitiu incorporar constantemente novas quantidades de trabalho e a ampliação do processo de trabalho. Portanto, o desenvolvimento técnico não era contraditório com a incorporação de novas forças-de-trabalho. Certamente havia momentos de recuo, onde se registraram tentativas do movimento operário no sentido de destruir as máquinas, porque provocavam desemprego. Isso se deu na indústria têxtil. Na indústria da seda, em Lyon, também ocorreu um movimento semelhante de rejeição ao maquinismo. Mas, o maquinismo se impôs, foi aceito, de certa forma, porque se relançava a máquina com a criação de novos empregos. E isso facilitou sua absorção.

O sistema baseado no maquinismo incorporava força-de-trabalho em torno dos postos de trabalho, através da ampliação da produção ligada à *aditividade* desses postos de trabalho. —A medida que aumentava a demanda, criavam-se novos postos de trabalho e a adição desses postos — nas oficinas, nas linhas de montagem — permitiu o que os economistas chamam de “economia de escala”. A partir do posto de trabalho ocorre um fenômeno chamado de “*aditividade*”: é possível aumentar, mutiplicar esses postos e a soma sempre é superior àquela das partes. Temos aí uma economia de escala e um rendimento superior. Quando se visitam antigas fábricas, encontramos uma combinação de elementos diferentes, reunidos quase sem logicidade: gerações diferentes de máquinas que, às vezes, convivem numa mesma linha de produção. simplesmente porque as coisas foram se acrescentando.

Atualmente, na França, não mais nos encontramos diante desse processo de trabalho típico de uma empresa taylorista, que gira em torno do posto e da aditividade. Com as mutações tecnológicas surge um novo processo de

trabalho — diante do qual nos encontramos — e que modifica toda a organização capitalista. O processo de trabalho não é mais o mesmo, principalmente porque se dá a autonomização do sistema tecnológico. De fato, torna-se ele o operador do sistema de máquinas na transformação das matérias-primas e dos subprodutos. O trabalho passa a ser apenas o controlador do sistema tecnológico. O operador do antigo processo de trabalho (empresa taylorista) é o trabalho (que opera o sistema de máquinas). No novo processo de trabalho o *sistema tecnológico torna-se o operador do sistema de máquinas*. Portanto, agora tem-se um sistema de máquinas que continua a se desenvolver com inovações desse mesmo sistema e há também um sistema tecnológico que o substitui e que se autonomiza, passando a conduzi-lo. Então é preciso uma clara distinção entre sistema tecnológico e sistema de máquinas.

O sistema tecnológico evoluiu dentro de três etapas: primeira, automação; segunda, informatização industrial e informatização de processos; terceira, gestão da produção. A fase de automatização (ou automação) é a melhor conhecida. Por exemplo, na indústria mecânica se dá com a introdução de robôs. E estes são apenas *cópias* do antigo processo de trabalho; ou seja, copiam o homem enquanto operador do sistema de máquinas. Pode-se dizer que o robô representa uma inovação sem inovação, porque não há uma ruptura com o antigo processo de trabalho: com ele apenas se copiam os gestos do trabalho de operários menos qualificados, os gestos mais simples — como cortar, soldar — passíveis de reprodução. Trata-se, enfim, de uma etapa de automação destinada a assegurar basicamente a continuidade, a fluidez da produção. Isso, de maneira geral, nas indústrias de processo de transformação mecânica. Se voltarmos àquela de processo físico-químico da matéria, onde encontramos sistemas de válvulas, trocadores de calor, compressores, veremos que a regulação também é mecânica. Um regulação que ainda apela a intervenções humanas (para regular válvulas, temperatura, etc.) e que permite o fluxo contínuo através do desenvolvimento do trabalho em grupo.

Na França, a maior parte dos ramos industriais já passou por este estágio de automação. Alguns exemplos: indústria automobilística, siderúrgica, têxtil, agro-alimentícia. Trata-se de uma fase generalizada. (Encontram-se, é claro, algumas empresas isoladas que permanecem no antigo sistema; mas constituem exceções). Já nessa fase se dá a supressão de empregos e modifi-

cações nas qualificações.

A segunda etapa – informatização industrial – é também bem conhecida. Trata-se simplesmente da aplicação da informática no controle do sistema de máquinas. Através de programas definem-se as informações que são transmitidas ao sistema de máquinas; novas informações retornam à sala de comando. O trabalho nada mais é do que o controle do funcionamento do sistema de informática. *Há uma desertificação das fábricas*; tudo passa a ser regulamentado pela informática. Uma única pessoa a partir de uma sala de controle intervém na regulamentação global. Portanto, há diferentes níveis de informatização; existem algumas relativamente vulgares, sumárias, mas cada vez mais a informatização se torna sofisticada; novos programas permitem intervir cada vez mais sobre a quantidade e sobre a própria definição dos produtos. Por exemplo, na siderurgia, produzem-se mais de 10.000 produtos de aços diferentes e o produto final é determinado a esse nível. Quando se visita uma fábrica siderúrgica hoje, quase não se encontram pessoas. Apenas alguns indivíduos em salas de controle, diante de painéis, vigiam o processo.

Esta segunda fase vai se traduzir por uma compressão de empregos considerável e, ao mesmo tempo, por modificações do ato do trabalho. Este, não estará mais ligado a um posto, mas sim a uma função, ou melhor ainda, *ao conjunto de funções*. Por exemplo, na indústria química ou na petroquímica, o agente que se encontra numa sala de controle não somente tem conhecimento do processo de produção que está supervisionando, mas ao mesmo tempo, ele é químico – é ele quem faz os levantamentos necessários, verifica a qualidade do produto no laboratório, que fica imediatamente contíguo à sala de controle; e é ele ainda que vai assegurar a manutenção e o conserto (pequenas reparações) do sistema de máquinas sobre o qual intervém. Portanto, ele se torna *polivalente*, com um nível de conhecimento extraordinariamente amplo. Diante disso, já não se pode mais aceitar aquelas teorias da desqualificação do trabalho. Mesmo no antigo sistema já eram passíveis de críticas.

Nunca fui adepto da (teoria da) desqualificação, porque constantemente há desqualificações e requalificações. Neste caso, por exemplo, já se trata de requalificação ao nível das funções, o que é uma modificação radical.

As empresas não se detêm nisso e passam ao que se chama de “gestão

da produção": ou seja, a conexão entre uma gestão informatizada do comercial, da gestão das mercadorias e até mesmo do trabalho. Faz-se a conexão entre a mercadoria, a entrada da mercadoria no mercado e a produção. Ou seja, o antigo processo de trabalho que visava a produção de mercadorias foi relativamente afastado do conteúdo da mercadoria — do seu valor de uso, de seu preço, de seu mercado e até mesmo de sua qualidade. Havia um corte aí: antes, a gestão era assegurada e realizada no sentido clássico original, havendo "ordens de produção" dadas e às quais os operários se conformavam, sem saber muito bem a que isso correspondia. Agora, através da conexão entre a gestão comercial informatizada e a gestão informatizada do processo aumentaram as exigências da mercadoria, tais como qualidade, preço, mercado, a própria rentabilidade do processo e da função no próprio sistema tecnológico. A isso se chama "*gestão de produção*". Ou seja, pede-se uma cultura operária que integre ao nível da função os critérios de rentabilidade do capitalismo e do próprio mercado capitalista. Isso exige uma mudança de comportamento, uma cultura inteiramente nova, que modifica profundamente a cultura operária. Essa gestão da produção se traduz também pela supressão de empregos, sobretudo ao nível de serviços. Isso explica porque o terciário entra — e entrará cada vez mais profundamente — nesse processo. Na França, hoje, este movimento está generalizado.

Podemos ver três etapas na evolução das estratégias industriais a partir da segunda guerra mundial. A primeira, que podemos situar entre 1950 e 1974, correspondeu a uma elevação considerável da capacidade e da dimensão das empresas. Assim, por exemplo, na siderurgia, passou-se de uma produção de mil toneladas para um milhão de toneladas. E esse crescimento também se generalizou na indústria química, na indústria do cimento, etc. Neste período, registrou-se também um crescimento considerável, uma explosão, das unidades fabris; ao mesmo tempo, aumentaram-se as normas de produtividade.

A partir da crise de 1968 até 1974, temos uma segunda e oposta fase que corresponde a uma contração do capitalismo: temos agora a redução desses estabelecimentos. Essa redução continua, mas agora buscando a elevação dos níveis de produtividade.

Com a automação e informatização industrial, entramos na terceira e última fase. Novamente as indústrias européias retomam o crescimento

de suas unidades, num movimento que provoca concentração da produção, uma vez que alguns estabelecimentos crescem, enquanto outros são fechados, porque estamos numa situação onde não mais ocorre crescimento da demanda. Cai a demanda de automóveis, assim como se reduz a demanda nas indústrias agroalimentares, têxteis, etc. Estamos, em termos, numa situação de estagnação. A indústria automobilística é pioneira desse processo de fechamento e concentração. Por exemplo, a Renault-Billancourt vai fechar. Na indústria química isso começa a se desenvolver. Outro caso, o do grupo Ferrutti ilustra bem a situação.

Este grupo, junto com o grupo Benedetti – ambos italianos – representarão uma das pontas-de-lança do capitalismo europeu. Ambos, antes que grupos industriais são grupos mais voltados ao comércio. Para eles, a indústria representa apenas um meio, uma aplicação de suas estratégias, muito na tradição da economia italiana de grandes mercadores. Ferrutti iniciou seus negócios com o trigo, com uma frota no Mediterrâneo, depois na Inglaterra, na América Latina, nos E.U.A., Trata-se, enfim, de uma organização de capital comercial que se volta para a indústria. Agora controla alguns setores da química e toda a indústria agroalimentar. Entre suas estratégias encontra-se por exemplo, a da gestão industrial de excedentes de cereais na Europa (trigo, milho, açúcar). Que aplicações industriais se pode ter a partir desses cereais? Como há excedentes, e uma vez que é preciso solucionar o problema dos camponeses, a Comunidade Econômica Européia (CEE) subvenciona esses produtos. Tais subsídios acabam por rentabilizar as indústrias. Então, Ferrutti, aumenta certas atividades, certas plantas industriais (amido, por exemplo), fechando outras. Recentemente, uma de suas fábricas, que no final dos anos 70, ocupava mais de 900 pessoas, só vai empregar, em 1990, 300 pessoas. Ou seja, vai funcionar apenas com um terço do pessoal e ainda com maior capacidade produtiva. Agora, é evidente que algum outro estabelecimento será fechado.

Outro exemplo: na produção de cerveja, o grupo Hainnekem definiu uma nova norma de produtividade internacional; todos os cervejeiros europeus a seguem. Segundo essa norma, a produção de um desses estabelecimentos é no mínimo de 2 milhões e meio hectolitros; a produtividade por trabalhador, sobe a mais de 9 mil hectolitros por ano. Porém, hoje na Europa, a produção desses estabelecimentos é inferior a 1 milhão de hectolitros. Então, através da informatização ocorre uma compressão fantástica de pessoal com

o fechamento de vários estabelecimentos. Conhecem bem a história do exercício desse fechamento acompanhado por um considerável aumento da produtividade na indústria siderúrgica.

Atualmente, toda a indústria entrou nesse processo definitivamente. Um grupo francês, que apresenta uma taxa de lucro das mais elevadas, entrou na informatização industrial e anuncia demissões consideráveis. Portanto, a questão que se deve colocar, no caso da França, é: "por que essa aplicação acelerada e generalizada, que ocorre mesmo em empresas muito lucrativas?" E ainda: a que mudança social isso corresponde, que mudanças sociais provoca?

É preciso fazer a inversão da proposta e pensar agora nas conseqüências que essas mudanças tecnológicas têm sobre o nível do emprego. Vamos então voltar e fazer a interpretação desse fenômeno sob esta ótica.

A primeira conseqüência é a contração generalizada do emprego. Mas a direção das empresas faz um termo de compromisso com as populações em questão de maneira que o choque social seja minimizado ao máximo. As empresas deixam de contratar, adota-se a aposentadoria antecipada (muitos se aposentam aos 55 anos, com 60 a 75 por cento do valor da aposentadoria integral ao invés de aos 65 anos; só quando atingirem a idade oficial receberão a aposentadoria integral. A maior parte do valor da aposentadoria antecipada é paga pelo Estado e só uma pequena parte pela empresa). Um grande contingente de trabalhadores vem sendo submetido à aposentadoria antecipada. Outra estratégia que vem sendo utilizada por essas empresas consiste no encorajamento ao retorno dos imigrantes ou, mais simplesmente, na dispensa pura e simples do trabalhador imigrante. Em resumo, uma parte da população operária, na faixa de 55 a 65 anos, foi rejeitada; os imigrantes também o foram; os jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Continua existindo uma população empregada e sindicalizada que tem a impressão de manter o emprego através de projetos micro-econômicos. Não se dão conta do que está acontecendo a nível macro.

Tudo isso se traduziu, em 1985, numa taxa considerável de desemprego dos jovens: 40 por cento. Posteriormente, com a aplicação das medidas especiais de controle do desemprego, essa taxa baixou para 20-25%. Curiosamente não foi a esquerda e sim a direita que se apercebeu da gravidade

desse desemprego e implementou um conjunto de medidas (medidas Ségard) que permitiram reduzir, ainda que um tanto artificialmente, o desemprego entre os mais jovens. Não obstante, a situação é explosiva.

Vejamos agora a questão, segundo categorias de qualificação:

a) em 85, a taxa de desemprego entre os jovens com diploma profissionalizante era de 50%, ou seja, um de cada dois jovens não encontrava trabalho e aquele que conseguia um emprego, geralmente o encontrava fora de sua qualificação; (portanto, um trabalho não-qualificado);

b) aqueles com diploma de 2o. ciclo completo (colegial) apresentavam uma taxa de desemprego de 25%; ou seja, um entre quatro deles tinha a certeza de não conseguir trabalho;

c) somente com o nível superior completo, a taxa de desemprego chegava à média nacional de 11%;

d) já para a categoria sem diploma profissional, elevava-se a níveis de 65-70%;

e) finalmente, todos os chamados "imigrados de segunda geração" podiam ter a certeza de nunca encontrar emprego.

As mudanças tecnológicas trarão profundas modificações na estrutura operária. Temos que considerar com cautela essa estrutura, porque se trata de uma estrutura por qualificações. A classe operária francesa aparece desqualificada, porque é uma classe operária composta basicamente por três elementos: camponeses, mulheres e imigrantes. Se observarmos a qualificação dessa classe operária em seu conjunto, no período 84-85, temos que 80% dela tem apenas estudos primários ou nem isso. Trata-se de uma classe operária de qualificação cultural muito baixa, sobretudo quando comparada com a classe operária na Inglaterra ou na Alemanha. E isso depende justamente da presença de mulheres, camponeses e imigrantes, que possuem baixo nível de escolaridade.

Então, o que acontece com esse conjunto? Como não há contratações, apesar da rejeição dos elementos de 55 a 65 anos, essa população envelhece. Portanto, a primeira questão a destacar é o envelhecimento da classe operária.

Não obstante tudo isso, a direção das empresas vai se reorganizar com as novas tecnologias – e isso num tempo muito curto. Entretanto, as pessoas que acompanharão essas transformações e que hoje tem 40, 45 anos, logo estarão na idade da aposentadoria antecipada, portanto, logo estarão

saindo. Isso não obstante terem adquirido uma conduta tecnológica nova, que implica em polivalência e em novas funções. Então, estamos diante de uma contradição fantástica por parte das empresas. E ela nasce do fato dessas empresas quererem evitar conflitos com as populações ocupadas, além de também limitar greves.

Já ocorria um conflito social considerável com relação à questão das aposentadorias sem novas contratações e com relação às demissões. Os sindicatos as fiscalizavam para evitar a ocorrência de demissões seguidas por contratações. (Efetivamente, para aquele que é demitido não é muito agradável saber que outro será contratado em seu lugar).

Vejam a segunda questão: a posição das mulheres. Desde 1985 elas, que não eram tão atingidas pelas demissões, também o são. Depois dos trabalhadores imigrantes, são as mulheres a categoria mais atingida pelas demissões, principalmente a partir do desenvolvimento do trabalho em grupo. As empresas alegam que mulheres não podem trabalhar em grupo. E há ainda a legislação que proíbe o trabalho noturno para a mulher. Assim, as mulheres acabam preteridas e expulsas.

A automação e a informatização vão acarretar, sobretudo, uma grande desestruturação das categorias ocupacionais com a redução dos operários. Isso porque, as requalificações dos menos qualificados, assim como a questão imigrantes-mulheres, constitui outra saída para o desemprego. Mas esta requalificação entra em contradição com as conquistas dos operários profissionais e daqueles altamente qualificados. Estes, geralmente atuam na manutenção e no conserto. A requalificação dos não-qualificados com base na polivalência fragiliza, com conflitos internos, todos os antigos coletivos de trabalhadores mais qualificados. Dizia há pouco, que o operário não é somente aquele que conduz o sistema de máquinas na sala de controle. Ele é também químico, operário de manutenção. Por isso, ao se querer ampliar sua gama de funções, entra-se em conflito com o pessoal de manutenção. Para atenuar o conflito, a direção das empresas subtrai a manutenção e a reparação de suas possibilidades. Mas, isso acentua ainda mais a disputa introduzida pela informatização. Obviamente, tanto os operários profissionais como os altamente qualificados serão levados a se reposicionar dentro da empresa.

É bem verdade que, apesar de tudo, houve algumas contratações provocadas pela informatização e pela gestão da produção. Geralmente,

contratações de pessoal com formação tecnológica superior (Universidades Tecnológicas, com cursos de 2 a 3 anos de duração). E quem são os alunos dessas Faculdades? São os filhos da pequena-burguesia, que são recrutados como técnicos, mas para realizar um trabalho de operário de fabricação e controle das operações do sistema tecnológico, substituindo contramestres e operários altamente qualificados. O trabalho de fato é de operário, porque se insere na fabricação. E isso traz muitos problemas, tais como considerável taxa de turn-over, recusa desse tipo de trabalho (querem passar para o trabalho comercial).

Ou ra camada afetada é a dos contramestres. Esta, geralmente se forma a partir dos operários profissionais e que ascendem na hierarquia da empresa. Com a informatização, com a automação são massivamente expulsos. Na Renault, o principal problema social foi o de eliminar os contramestres, camada inapta para acompanhar a incorporação de novas tecnologias.

Nesse quadro, tudo se modifica, tudo cai e a persecução sociológica da classe operária também muda. Nessa situação, os sindicatos tem uma grande dificuldade em se posicionar, porque sua base é formada pelos operários profissionais, pelos qualificados. Sua base sociológica está muito fragilizada; então, crise sindical. Como incorporar essa camada de operários não-qualificados que, a nível de delegados de fábricas tinha sido deixada de lado e que agora se requalifica? Como incorporar a camada dos técnicos? Os sindicatos estão desorientados.

Podemos então voltar agora à questão formulada, ou seja: *a que correspondem essas novas tecnologias com relação ao capitalismo francês e europeu?* Pode-se levantar a hipótese de que todo desenvolvimento do capitalismo é uma nova forma do processo de "mis-au-travail". (*) O capitalismo francês se desenvolveu com base nessa camada particular (camponezes, mulheres e imigrantes). De 70 a 84, constitui um sistema salarial fechado, acabado. Como abri-lo? Em que se sustentará a nova mis-au-travail? E sob que forma?

Como não tenho respostas, serei bastante cauteloso. Podemos apenas descrever o que está ocorrendo, pois temos uma limitação de perspectiva histórica. As novas tecnologias trazem uma desarticulação do assalariamento necessária ao capitalismo, porque assim lhe permite incorporar ou reinjetar novas camadas, numa nova "mis-au-travail", no processo de trabalho industrial. Ainda não se chegou a esse momento. Estamos numa fase inter-

mediária. Qual será a categoria que será reinjetada? Será justamente aquela que hoje é excluída, mas que dentro de 4, 5 ou 10 anos será reinjetada de uma nova maneira. Talvez o problema político, durante os próximos dois anos, será trabalhar sobre os jovens.

Em toda essa problemática, para mim, taylorismo e fordismo são apenas formas de gestão técnica da "mis-au-travail". As novas tecnologias, no momento, correspondem a um enfraquecimento dos assalariados, desempenhando assim um papel. Enfraquecem a posição salarial e sindical. Tem um papel negativo, não positivo (positivo ao nível de rentabilidade provavelmente). Mas que papel histórico deverão representar com relação ao trabalho? A questão está em aberto e eu só posso levantar uma hipótese. E o Terceiro Mundo? E a aplicação das novas tecnologias no Terceiro Mundo? No dia que as novas tecnologias chegarem aqui, como aplicação no processo de trabalho, o choque social poderá ser ainda mais forte que nos países desenvolvidos.

PRODUÇÃO AUTOMATIZADA E TEORIA DO VALOR (★)

Maria Carmela Buonfiglio
Professora do Departamento de Ciências Sociais
e do Mestrado em Ciências Sociais/UFPP

“Uma de duas: ou o trabalho acumulado cria valor conjuntamente com o trabalho vivo. Neste caso não tem vigência a lei do valor.

Ou ao contrário, não cria valor. Neste outro caso, a argumentação de Schmidt resulta incompatível com a Lei do valor.”(1)

(★) *Este trabalho provavelmente produzirá críticas e incompreensão. Inclusive introduzimos esta nota a partir da reação de colegas que apenas ao iniciar a leitura não se contentaram e passaram a nos dar uma verdadeira aula sobre Marx e a teoria do valor. Portanto, esclarecemos desde o princípio que não se trata de um desconhecimento sobre o que Marx afirmou. As proposições aqui elaboradas são o resultado de dez anos de insatisfação com a formulação marxiana. Portanto, a discrepância com ela é deliberada e não um erro de um aluno displicente que não aprendeu bem a lição. Tão pouco solucionamos todas as questões à relativas à Lei do valor; tratamos a Lei do valor em relação à automação. Tudo o mais fica fora de nossa pretensão. Apesar de tudo, acreditamos dar uma contribuição significativa e pedimos um esforço e boa vontade para ver um pouco além do juízo que se acostumou, pois: ‘Para se ver uma coisa, deve-se compreendê-la. A poltrona pressupõe o corpo humano, suas articulações e partes; as tesouras, o ato de cortar. O que dizer de uma lâmpada ou de um veículo? O selvagem não pode perceber a bíblia do missionário; o passageiro não vê o mesmo cordame que os homens de bordo. Se realmente vissemos o universo, talvez o entenderíamos.’ (Jorge Luis Borges. “There are more things”, em El libro de Arena, México, Aliança Editorial, 5a. ed., 1983, p. 44).*

(1) Engels, F.: “Prefacio” ao livro III, em El Capital, tomo 6, México, Siglo XXI Editores, 7a. ed., 1980, p. 15.

Palavras de Engels ao comentar a obra de Conrad Schmidt (1889) sobre o problema da formação de preços de mercado com relação à Lei do valor. A possibilidade de que o capital constante seja criador de valor e não um mero transmissor de Valor - questão que provoca polêmica até hoje - (2) é denunciada por Engels como sendo um argumento do capital desprovido de qualquer fundamento, além de totalmente oposto à Lei do valor, pois:

"A Lei do valor se orienta de antemão contra o ponto de vista, herdado do modo de pensar capitalista, que considera o trabalho pretérito acumulado, no qual consiste o capital, não como uma soma determinada de valor já acabado, mas sim por ser um fator da produção e da formação de lucro, também como criador de valor, isto é, que é fonte de mais valor do que

(2) Desde a argumentação de Lauderdale, veementemente criticada por Marx, segundo a qual o capital constante cria valor ao substituir trabalhadores, essa polêmica nunca foi abandonada; ao contrário, a lei do valor, assim entendida, foi um dos alvos de ataque preferidos da teoria marxista: tanto os não-marxistas como até alguns marxistas, como Paul Sweezy ou Lucio Colletti refutaram-na. (Com relação à crítica deste último, que corretamente situa a teoria da alienação, a teoria do valor e a teoria do fetichismo como uma única teoria e as rejeita por identificá-las como um produto da filosofia jusnaturalista, já nos ocupamos de respondê-la em "Alienação como categoria objetiva"). No entanto, vale lembrar que entre seus adeptos se encontra nada menos que o brilhante Lord Keynes, que não hesitou em afirmar: "Por isso, eu aceito a doutrina pré-classica de que tudo é produzido pelo trabalho; além da ajuda do que antes era chamado de arte e agora se chama técnica, dos recursos naturais isentos de custos ou que custam uma renda, conforme sua escassez ou abundância, e dos resultados do trabalho anterior, incorporado aos bens patrimoniais, que auferem, também, um preço variável segundo sua escassez ou abundância. É preferível considerar o trabalho, incluindo, naturalmente, os serviços pessoais do empresário e de seus colaboradores, como o único fator da produção, operando dentro um ambiente de técnica, recursos naturais, equipamentos e procura efetiva." A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda - 2a. ed. - S. Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 151.

Observe-se a semelhança dessa colocação com aquela de Marx ao criticar o Programa do Partido Operário Alemão: "O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material (. . .)), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, a da força de trabalho do homem. Essa frase se encontra em todos os silabários e só é certa se se sobreentende que o trabalho se efetua com os correspondentes objetivos e instrumentos. Porém um programa socialista não deve permitir que tais tópicos burgueses silenciem aquelas condições sem as quais não tem nenhum sentido." - Crítica do Programa de Gotha, Moscou, Ed. Progresso, 1975, p. 10.

aquele que ele mesmo possui; a Lei estabelece que só o trabalho vivo goza desse atributo.”(3)

No entanto, hoje, no limiar da “fábrica sem homens” como uma realidade da produção e não como produto da imaginação fantasiosa, quando robôs fabricam robôs, quando na Europa a Fiat lança “o primeiro automóvel inteiramente produzido sem a intervenção da mão humana”, conforme o “slogan” de lançamento, em 1984, do Fiat Uno, se seguirmos o raciocínio de Engels, teríamos que parafraseá-lo nos seguintes termos: ou o capital constante produz valor – o que invalida a lei do valor; ou não o produz e, portanto, a produção capitalista deixa de ser produção de valor. Como esta segunda possibilidade é absurda, teríamos que rejeitar a Lei do valor.

Entretanto, antes de aceitar esta solução aparentemente correta e simples, deve-se reconsiderar a colocação relativa à Lei do valor, pois, em nossa opinião, o problema não está na própria teoria do valor e sim nos termos em que foi colocada.

RECOLOCAÇÃO DA TEORIA DO VALOR

Embora a vigorosa análise marxiana conseguiu formular previsões de longo alcance, motivo pelo qual até hoje seguimos, discutindo Marx, há um aspecto que escapou à lucidez dessa análise: em seus escritos em nenhum momento Marx prevê a incorporação do trabalho científico sob relações capitalistas de produção. Refere-se, é certo, à apropriação dos frutos da ciência pelo capital; porém, em nenhum momento se refere, sequer como uma tendência futura, à extensão da relação capitalista a este campo do trabalho humano. E mais ainda: para Marx, os inventores, os homens de ciência, os homens dedicados ao desenvolvimento das forças produtivas *não são trabalhadores*. Ao contrário: são não-trabalhadores; estão excluídos da produção capitalista. O que não impede ao capital de se apropriar do resultado de seu não-trabalho (porque atividade livre, portanto oposta a “trabalho alienado), porém isso, de forma diferente que a apropriação

(3) Engels, F. op. cit., p. 15.

da mais-valia produzida pelos trabalhadores, não custa nada ao capital.(4) A ciência e a técnica, para Marx, são dádivas que o capital recebe inteiramente grátis.

E aqui atenção: não desconhecemos as inúmeras afirmações de Marx sobre o alto custo que implica a adoção de maquinaria ou de novas tecnologias. Porém esse alto custo se refere ao custo da produção da máquina, do qual se exclui o valor do trabalho de invenção, isto é, o desenvolvimento científico-tecnológico. E essa exclusão se deve simplesmente à definição marxiana que o determina como produto de um não-trabalhador.

Como nos interessa aclarar bem esta questão, também queremos dizer que tão pouco desconhecemos que Marx discorre sobre a tendência do capital a se assenhorar de todos os campos de atividade, do que se poderia deduzir que haveria aí uma brecha para incluir também a ciência. No entanto, rejeitamos esta possível interpretação porque enquanto que em nenhum momento Marx a ela se refira, reafirma "ad infinitum" as qualidades de não-trabalho dessa atividadee seu caráter de processo paralelo ao desenvolvimento capitalista não subordinado ao capital, ainda que a ele relacionado.

Neste ponto, vemo-nos forçados a recorrer a algumas citações que sustentem nossa argumentação, pelo que pedimos um pouco de paciência. De qualquer forma, traremos alguns exemplos sem a pretensão de esgotar a multiplicidade de razonamentos semelhantes que se encontram em Marx. Vejamo-os.

"Outra força produtiva, que não lhe custa nada é o poder produtor da ciência." (Grundrisse, II, Barcelona, Ed. Critica/Grijalbo – 1978, p. 154).

Porém o que se requer para todas as formas de plustrabalho é aumento da população; da população trabalhadora para a primeira; da população em geral para a segunda, já que esta exige um desenvolvimento da ciência, etc. A população aparece aqui como a fonte fundamental da riqueza." (Ibidem, p. 159).

(4) Certamente a apropriação de mais-valia como significa apropriação de trabalho não-pago igualmente não custa ao capitalista, pois caso contrário deixaria de ser mais-valia. Porém, essa apropriação "custa-lhe algo", ou seja, deve estabelecer a relação de assalariamento, deve pagar pelo menos uma parte do tempo trabalhado, etc., enquanto que o mesmo não se daria nos termos colocados por Marx com a apropriação da ciência.

Note-se, no trecho, que a população é a fonte da riqueza, porém o desenvolvimento da ciência depende da *população em geral* e não da *população trabalhadora*. Além disso, o direito de todos à atividade produtora livre, ao “não-trabalho”, é reivindicado por Marx como uma das metas da sociedade futura, como podemos observar neste outro trecho:

“O sobretrabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza em geral, assim como também o não-trabalho de uns poucos deixou de ser condição para o desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano.” (Ibidem, p. 91)

Então, em Marx, é fundamental essa característica: não-trabalho como atividade que se desenvolve fora da relação de assalariamento e que não entra no cômputo do valor.

Vejamos mais outro parágrafo onde Marx fala da realização de um “trabalho superior”, ou seja, um determinado trabalho que, com os mesmos meios de produção, consegue uma maior produtividade. O problema aqui é que esse “trabalho superior” surge do nada, assim como que por geração espontânea. Atribui-o a uma melhor combinação do trabalho, a um melhor método ou ainda a avanços da química. Porém nenhum deles é visto como resultado de trabalhadores. O problema dessa colocação é que tanto uma “melhor combinação do trabalho”, como “melhores métodos” desde que o capitalismo “descobriu” a “técnica social” (Organização de Trabalho) ou as vantagens que pode obter da ciência e da tecnologia, não deixou ao acaso seu desenvolvimento. Porém não nos antecipamos e vejamos o texto de Marx (e atenção: o fato de que este exemplo tenha sido dado para ilustrar a intensificação do trabalho não invalida nossa argumentação já que um novo método ou processo não podem ser simplesmente reduzidos a intensificação):

“Por exemplo, os mesmos 100 trabalhadores com instrumentos, do mesmo valor pescam peixes, ou cultivam melhor o solo, ou extraem mais minerais das minas, ou mais carvão das reservas carboníferas, ou obtêm mais folhas da mesma quantidade de ouro através de uma maior destreza, através de uma maior combinação e divisão do trabalho, etc., ou desperdiçam menos matéria-prima, ou seja, conseguem fazer mais com

a mesma quantidade de valor em matéria-prima. Neste caso, portanto, se supomos que seus mesmos produtos entram em seu consumo, seu tempo de trabalho necessário diminui; com os mesmos custos de manutenção realizam um trabalho superior. Ou, o que é igual, uma parte menor de seu trabalho é necessário para a reprodução de sua capacidade de trabalho (. . .) Isto quer dizer que, ainda que o capitalismo utiliza uma massa de sobretrabalho superior, porque paga menos salário, não utiliza mais capital em matéria-prima e instrumento. (. . .) Isto só é possível nas indústrias extrativas; nas indústrias de manufatura isto só é possível na medida em que se economiza mais a matéria-prima; e além disso, ali onde os processos químicos aumentam a matéria, na agricultura, na indústria de transporte". (Ibidem, p. 161).

Sobre a gratuidade da ciência, temos este exemplo:

"As forças produtivas que surgem da cooperação e da divisão do trabalho, como vimos, não custam nada ao capital. São forças naturais do trabalho social. Tão pouco nada custam as forças naturais como o vapor, a água, etc., incorporadas a processos produtivos. (. . .) Ocorre com a ciência como com as forças da natureza. Uma vez descobertas, a lei que rege o desvio da agulha magnética no campo de ação de uma corrente elétrica, ou a lei sobre a magnetização do ferro em torno ao qual circula uma corrente elétrica, não custam um centavo". (O Capital, I, 2, cap. XIII, p. 470).

E nessa mesma página, em nota de rodapé, acrescenta:

"A ciência não custa absolutamente nada ao capitalista, o que em modo algum o impede de explorá-la. A ciência alheia é incorporada ao capital, da mesma forma que o trabalho alheio".

Porém esse mesmo raciocínio se prolonga nos seguintes termos:

"Porém para explorar estas Leis . . . se requer um aparato muito custoso e complexo". (Ibidem, pp. 470-471).

Portanto, o que custa são os instrumentos, a maquinária, porém nunca

o desenvolvimento do conhecimento. Além disso, vale notar que o tema da gratuidade aparece em Marx quase como um "leit-motiv", pois recorre a ele com muita freqüência, como podemos observar também neste parágrafo:

"Se deduzimos de ambas, da maquinaria e a ferramenta, seus custos diários médios, ou seja, o componente de valor que agregam ao produto. . . temos que aquelas operam gratuitamente, exatamente como o fazem as forças naturais, existentes sem intervenção do trabalho humano. (. . .) Só com o advento da grande indústria o homem aprende a fazer com que opere em grande escala e gratuitamente, da mesma forma que uma força natural, o produto pretérito já objetivado". (Ibidem, p. 472).

Ainda que pudéssemos trazer outras citações do mesmo teor que essas aqui reproduzidas, é recomendável que prossigamos nosso raciocínio. E, mais por curiosidade, procuraremos responder a uma interrogação: como é possível que o mesmo Marx capaz das brilhantes e perspicazes observações sobre o futuro do desenvolvimento capitalista não pôde ver que se a ciência desempenharia um papel importante nesse desenvolvimento, fa-lo-ia dentro de uma relação de subordinação ao capital? Cremos que se deva levar em conta que as previsões de Marx não tem um caráter profético ou de adivinhação, mas que resultam de uma análise extraordinária de tendências que se apresentam ainda em gérmen na realidade. Assim é que nos fala do monopólio, ou do "homem de ferro" que se opõe ao "homem de carne", não somente por seus estudos de economia e tecnologia, mas também porque ambos fenômenos já constituem uma realidade —(5) num estágio dos mais incipientes, mas concreto. O monopólio desenvolver-se-á primeiramente durante os anos da "grande depressão" do final do século passado, até chegar a ser um marco de referência no capitalismo do século XX. O "homem de ferro" terá que esperar muito mais: só nos anos vinte receberá seu ba-

(5) Os robôs e os mecanismos automáticos gozaram de extrema popularidade, na Europa, durante os séculos XVII e XVIII. Dessa época, datam os primeiros andróides, fabricados por Maillardet ou por Vaucanson, que sem truques ou mecanismos ocultos, já encantavam a corte de Maria Antonieta. Para maior referência, veja-se a obra de John Cohen, *Los Robots en el Mito y en la Ciencia, México, Ed. Grijalbo, 1969.* Note-se ainda que Marx em *O Capital* faz uma referência a Vaucanson (op. cit., I, 2, p. 464).

tismo e passarão muitos anos mais para que os robôs deixem a ficção científica e se instalem na produção e se convertam em realidade abrumadora e centro dos debates nos anos 70 e 80.

No entanto, se os robôs tiveram precursores já nas civilizações clássicas, o mesmo evidentemente não se dá com o processo que leva à incorporação da ciência ou da atividade inventiva pelo capital. Os primeiros indícios dessa tendência surgem apenas nos anos 60 do século passado e quase como um fenômeno norte-americano ou alemão (por exemplo, a criação do MIT (Massachusetts Institute of Technology — em 1865 ou o Laboratório de Edson, em Menlo Park, ou ainda centrais de pesquisa ligados a Universidades alemãs, por essa mesma época). Inglaterra, “espelho das demais nações”, segundo Marx, ficou atrasada nesse processo. Na realidade que Marx conheceu, a ciência, o conhecimento desenvolveram-se fora do âmbito do capital. E sua apropriação era de fato “gratuita”, como o demonstra o exemplo de Arkwright, “o maior ladrão de inventos alheios e o sujeito mais ordinário” (6)

Porém, que conclusões podemos tirar dessa discussão? Simplesmente isso: há um problema nos termos em que foi formulada a lei do valor. A automação, a fábrica sem homens não a invalidam. O trabalho vivo e não a máquina continua sendo o responsável pela criação de valor mesmo quando se trate de “produção sem intervenção da mão humana”. E nesta afirmação não há nenhum paradoxo, apesar da aparência. Nos termos clássicos em que é definida, excluem-se da criação de valor todos os trabalhadores inventivos, os criadores de novas tecnologias, de novos métodos de produção ou de novas formas de organização do trabalho, os criadores de robôs, aqueles que permitem de fato que o “trabalho morto” produza mercadorias “sem a intervenção da mão humana”, conforme o slogan da Fiat.

Esse conjunto de trabalhadores já não exerce a “atividade livre” como definia Marx: ao contrário, trata-se de trabalhadores também submetidos à relação de assalariamento. E também produzem mais-valia, ainda que seja de outro tipo. A natureza de seu trabalho permite que seu produto seja capaz de aumentar a capacidade produtiva de outros homens ou que máquinas produzam outras mercadorias sem intervenção direta do homem.

(6) *Comentário de Ure, citado por Marx, em O Capital I, 2, p. 517.*

Por isso, a realização ou objetivação desse tipo particular de trabalho traz a fábula da máquina que cria valor. Marx tinha razão ao afirmar que só o trabalho vivo cria valor; seu erro consistiu em não considerar como trabalho — porque não teve os elementos suficientes para isso — o trabalho de maior criatividade: o trabalho multiplicador de mais-valia.

TRABALHO MULTIPLICADOR DE MAIS-VALIA: SUPER-MAIS-VALIA OU MAIS-VALIA MULTIPLICÁVEL

Definimos como trabalho multiplicador de mais-valia o trabalho cujo produto — que pode consistir na concepção de um novo método, técnica ou produto — permita um maior aproveitamento de recursos naturais ou de matérias-primas, ou um aumento de produtividade ou a abertura de novos campos de atividade, ou a automação da produção. Esse tipo de trabalho, fundamento do desenvolvimento das forças produtivas, em si mesmo não constitui mais-valia ou lucro, pois por melhor que seja, só trará lucros ao capital se for aplicado à produção. Ou seja, assim como a mercadoria que, antes de sua realização no mercado, possui tanto o valor como a mais-valia só em potencial, este outro “produto” só realizará seu valor potencial quando se torna uma realidade na produção. Porém, de forma diferente do trabalho cristalizado nas outras mercadorias, que deposita uma dada quantidade de mais-valia em cada uma delas e que ao se realizar no mercado se extingue, o produto do trabalho criativo cada vez que toma existência permite a reprodução de mais-valia. Trata-se, portanto, de um multiplicador de mais-valia. Mais-valia que se incrementa por sua utilização por outros homens na produção imediata, porém que em última instância significa a ampliação do tempo de trabalho não pago subtraído ao trabalhador criador. Portanto, neste caso, falamos de super-mais-valia ou mais-valia multiplicável já que esta não se reduz nem à mais-valia absoluta, nem à relativa ou à extraordinária. Difere delas não só pelo volume, pela quantidade, como também por sua natureza: um produto que permite que se incremente cada vez que seja utilizado e que, em resumo, permite a existência tanto da mais-valia relativa como da extraordinária.

Para aclarar o conceito que introduzimos de mais-valia multiplicável (ou super-mais-valia), vejamos o exemplo do qual a derivamos: um determinado trabalhador, engenheiro assalariado, consegue um novo método

que permite elevar a produção em 20%, sem alterar os meios de produção ou a força-de-trabalho empregada, pois tal método implica um melhor aproveitamento dos recursos naturais e é rapidamente generalizado a todas as fábricas da empresa. O valor derivado de sua utilização num único ano é superior a todos os salários — diretos e indiretos — que esse trabalhador receberá durante toda sua vida (digamos, US\$ 2.000.000 contra US\$ 15.000 anuais) incluindo aqui tanto os anos precedentes à invenção e até mesmo os anos de aposentadoria. Além disso, como é um assalariado seu método não lhe pertence; pertence à empresa, que poderá vendê-lo a outras empresas ou implementá-lo em suas unidades no exterior, pois tem uma atuação multinacional. Portanto, da relação valor agregado em um ano/salário de toda uma vida aparece uma mais-valia superior a qualquer outra observada. Porém também de natureza distinta: *multiplicar-se-á em cada novo ato de produção*, em cada novo dia de trabalho, envolvendo ainda outros trabalhadores. Além disso, como seu trabalho não se restringiu à busca desse método, ao contrário, nosso trabalhador ocupou-se com as demais tarefas de um engenheiro, o saldo em favor da mais-valia, deveria ainda ser aumentado para corresponder à realidade. A ciência, a técnica, ao contrário do que Marx acreditava, custa ao capital. Porém, que belos lucros lhe rende!

TIPOS DE TRABALHO MULTIPLICADOR DE MAIS-VALIA E RELAÇÃO COM O CHAMADO "TRABALHO VIVO" NA FORMAÇÃO DE VALOR

Ao definir o trabalho multiplicador como aquele que produz um método, processo ou produto já se coloca o problema da diversidade deste particular tipo de trabalho. Naturalmente sua incidência sobre a criação de valor também é diferente, assim como a relação que estabelece com os demais trabalhadores participantes do processo de produção. Vejamos os casos possíveis.

a) O primeiro caso corresponde ao exemplo dado para ilustrar o conceito de trabalho multiplicador. Ou seja, um novo método de produção que eleva a produtividade, porque implica um menor desperdício ou uma melhor utilização da natureza ou das matérias-primas, sem alterar nem a intensidade do trabalho, nem a quantidade de trabalhadores empregados, nem o capital constante utilizado. Os trabalhadores simplesmente

recebem um treinamento, digamos que de uma semana, para que seja introduzido o novo método na produção. (Ou seja, dá-se a redistribuição de conhecimentos à qual nos referimos no artigo "Qualificação, Desqualificação e Desvalorização da Força-de-trabalho"). Esses trabalhadores, possuidores agora de novos conhecimentos (ainda que não recebam nenhum reconhecimento por eles, isto é, nenhuma vantagem salarial) também são responsáveis pela criação do novo valor obtido. Entretanto, o que mais incide na formação deste maior valor produzido é o trabalho multiplicador de mais-valia.

b) Como segundo caso, consideramos aqui um novo método de organização do trabalho ou uma nova máquina que permite aumentar a produtividade pelo aumento da intensidade do trabalho. Naturalmente, este caso representa o inverso do anterior, pois ainda que o novo método, processo ou máquina tenha uma parte na produção de valor, são os trabalhadores submetidos a uma maior intensificação os principais responsáveis pelo maior valor criado.

c) Consideremos agora o caso da produção automatizada e ainda que haja enormes diferenças, tratemos de considerar desde o caso da máquina que substitui a mestria do operário, até a produção inteiramente automatizada, seja em indústrias de processo discreto ou de processo contínuo. Portanto, aqui se trata da máquina que produz mercadorias, eliminando parcial ou totalmente a mão humana ou o "savoir-faire" do operário da produção direta de mercadorias. Enfim, em menor ou maior grau, trata-se da situação colocada por Marx nos Grundrisse, onde, desde um ponto de vista puramente técnico, a produção de valor dependia quase que exclusivamente do capital constante, embora o capital variável continuava sendo usado apenas por uma questão de formação de preços (tese completamente absurda, aliás). Marx aí nega a lei do valor e o faz porque não incluiu o trabalho multiplicador de mais-valia na criação de valor.

Porém, vejamos o que acontece na "fábrica automatizada". Em primeiro lugar, deve-se considerar que, ainda na fábrica completamente automatizada, há necessidade de homens seja para supervisionar o processo ou para a manutenção das máquinas (provavelmente um maior número deles na indústria de processo contínuo do que na tradicional indústria de processo discreto), seja para criá-las, ou melhor, concebê-las, desenvolvê-las, ainda que depois, robôs fabriquem robôs. Portanto, aqui não se trata de nada parecido à colo-

cação de Marx: o trabalho continua sendo criador de valor, ainda que provavelmente se dê uma notável redução do emprego, principalmente na produção de mercadorias. Porém isso nada tem a ver com a lei do valor.

Talvez seja o caso, para esta situação, de *ampliar o conceito de "fábrica"* de modo a incluir também os espaços e os trabalhadores que se dedicam a este tipo de trabalho criativo e que tendem a ser cada vez mais os responsáveis pela produção, ainda que de forma indireta. *A Volkswagen ou a Fiat não são somente os robôs* que fabricam carros, nem tão pouco os operários que ainda não foram por eles substituídos: os diferentes tipos de técnicos que estão atrás desses robôs também as representam.

Com respeito à produção de valor no caso da produção automatizada: os valores produzidos através das máquinas representam o melhor exemplo de produção de valor pelo trabalho multiplicador de mais-valia, ainda que o trabalho de supervisão da produção também participe na formação de valor.

d) Como último caso, trataremos o trabalho criativo que tem como resultado novos produtos. Porém só consideraremos como tal aqueles que realmente se tratem de novos produtos (nova utilização de matéria-prima, desenvolvimento de técnicas alternativas, etc., como as cerâmicas de alta resistência, a fibra ótica, o próprio desenvolvimento da indústria de plástico, o microprocessador ou os microcomputadores). Ou seja, geralmente implicam na abertura de novos ramos, novos campos. Também aqui é de fundamental importância o papel do trabalho multiplicador na criação de valor; a maior ou menor proporção na geração de valor dependerá da magnitude em que seja necessário incorporar outros trabalhadores ao processo produtivo.

Quanto ao desenvolvimento de novos produtos, que porém impliquem mais que tudo em aperfeiçoamentos ou uma readequação de um produto já existente ao mercado consumidor, ainda que reconheçamos sua participação no processo de formação de valor, cremos que não se enquadra exatamente em nossa definição de trabalho multiplicador de mais-valia.

Para concluir, resumindo nossas colocações, designamos "mais-valia multiplicável" aquela produzida pelo trabalho inventivo ou criativo que permite a outros realizar "um trabalho superior", para usarmos a terminologia de Marx, ou que permite que máquinas produzam mercadorias "sem a intervenção da mão humana".

Vale mencionar que não se aplica ao trabalho multiplicador de mais-valia o esquema marxiano (e marxista) que divide a jornada de trabalho entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, pois somente se se consideram grandes períodos, que incluam anos e anos, encontrariam, o tempo de trabalho excedente em relação ao necessário. Por outro lado, outra razão contra a aplicação deste esquema é o simples fato, já mencionado, que a criação de valor depende da aplicação do produto do trabalho multiplicador de mais-valia à produção. Portanto, uma vez conseguido, pode inclusive prescindir de seu criador; a aplicação ou uso do método ou máquina será tarefa de outros homens.

Com relação ao valor deste particular tipo de força de trabalho também não se aplicaria a fórmula marxiana. A economia é incapaz de recolher os múltiplos aspectos que entram na formação de trabalhadores criativos, aspectos esses que não se reduzem a meros cálculos econômicos. Não basta assegurar uma educação esmerada ou os melhores professores. A força que leva à descoberta pode vir exatamente da luta contra fatores adversos; entretanto, a presença de tais fatores também não garante o êxito. Na verdade, ainda que se possa apresentar uma série de fatores que provavelmente incidam na formação deste tipo de trabalhadores, muito pouco se sabe sobre este processo. Prevalece o imponderável. Porém seguramente escapa à simples ponderação econômica. (7)

O conceito que introduzimos coloca uma série de problemas: sua relação com a mais-valia relativa, o modo como incide na taxa de lucro, ou como recolocaríamos o trabalho produtivo e o improdutivo, entre muitos outros. No entanto, aqui não nos ocuparemos dessas questões, apesar de que nos preocupem. Por agora nos damos por satisfeitos em ter resolvido o dilema "lei do valor-automação". A lei do valor continua vigente, mas deve incluir o trabalho criativo.

(7) A imponderabilidade do processo que leva à capacidade criadora do homem é tal que, por exemplo, invalida totalmente o uso da clonagem. Como o afirma Asimov, é insuficiente assegurar a mesma carga genética. Seria também necessário repetir as mesmas condições, as mesmas experiências. E o custo seria tal que termina por inviabilizar tal intento.

REESTRUTURAÇÃO POLÍTICA DO MERCADO HABITACIONAL E ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM JOÃO PESSOA (PB)

Alain Morice
Pesquisador-visitante do Mestrado
em Ciências Sociais/UFPb)

As altíssimas taxas de rotatividade que se encontram na construção civil brasileira inspiram comumente uma interpretação técnica. Assim, a mobilidade sofrida pela mão-de-obra seria uma mera consequência das particularidades deste ramo, ou seja: o caráter imobiliário do produto final, necessário deslocamento dos canteiros de obras, a sucessão de processos produtivos numa dada obra e, por fim, a difícil constituição de uma classe operária qualificada e, portanto, estável. Sem diminuirmos a participação desses fatores na instabilidade da força operária, queremos sugerir três orientações a serem ilustradas a partir do caso de João Pessoa.

Em primeiro lugar, analisar a rotatividade sem adotar uma visão histórica e diversificada, é se expor a simplificações polêmicas. Quer seja no decorrer do tempo, nos vários sub-ramos da construção ou ainda dentro da categoria, existem diferenças ou evoluções significativas. Menos do que pela sua importância enorme, a rotatividade chamará a nossa atenção pelas diversas formas que ela toma.

Segundo, apesar de se referir a fatos conhecidos, a interpretação propriamente político-financeira da rotatividade raramente é destacada na sua dimensão global. Por "político-financeira", entendemos qualificar os sistemas complexos de decisões e de controle orçamentários que se desenvolvem em

todos os níveis; os poderes públicos, a classe empresarial, assim como os operários.(1)

Afinal, a rotatividade dificilmente pode ser encarada como aspecto independente de outros traços do ramo que, num dado momento e lugar, apresentam, em se combinando, um perfil original de mão-de-obra. Evocando uma outra questão básica, ou seja, a divisão social da categoria através da qualificação, lembraremos a dialética que existe entre a mobilidade, o saber operário e o nível de salário.

Para tanto, partiremos de várias tendências observadas na evolução do mercado imobiliário pessoense, fazendo a hipótese de que esse caso, mesmo que pouco representativo da situação brasileira em geral, oferece uma significância teórica que ultrapassa os limites da capital paraibana.

CRESCIMENTO DE JOÃO PESSOA: O IMPULSO DOS CONJUNTOS

O crescimento de João Pessoa manifesta descontinuidades e complexidade.(2) Pode ser dividido em três processos principais, parcialmente superpostos na cronologia, a partir dos quais se estruturou o ramo da construção e, portanto, a mão-de-obra deste.

Primeiro, com a progressão da cidade em direção ao mar, em seguida o loteamento da orla marítima, os bairros "nobres" conheceram uma extensão notável, que se traduz hoje por uma forte especulação nos terrenos do litoral, bem como uma (ainda tímida) tendência à verticalização dos edifícios. Acompanharam esse processo custosas obras infraestruturais e empreendimentos prestigiosos, no intuito de atender às necessidades de uma classe média-alta em rápida formação através da subvenção federal à economia pessoense.(3) Vale indicar que a participação dos recursos públicos nessa expansão foi e permanece preponderante, direta e indiretamente.

Segundo, talvez o mais significativo na expansão da capital fosse a construção maciça de conjuntos habitacionais pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação), cujas casas abrigam hoje uma população heterogênea e são também objeto de várias formas de especulação. Voltaremos a analisar esse processo, de muito peso nas particularidades atuais das empresas locais de construção.

Terceiro, embora não sejam geralmente identificados como integrantes do setor imobiliário, tem de assinalar a propagação das favelas na década

de 1980, com uma aceleração recente desde a campanha municipal de novembro de 1988. Estas, provavelmente mais de cem, são espalhadas na cidade (e não somente nas suas margens) e abrigam cerca de um quinto da população pessoense. São focos de competências para a construção civil, tanto mais que a formação delas tem muito a ver com a atração de pessoas do interior por este ramo, inclusive aquelas que adquiriram uma qualificação nas cidades do sudeste. Certas entre elas se tornaram verdadeiros bairros, e se observa também, como nos bairros nobres, uma tendência à especulação e ao aumento da densidade da ocupação do solo.

Até o final de 1986, quando os novos projetos entraram nas gavetas dos órgãos públicos, nos parece que os programas de habitação "popular" foram o elemento motor desse triplo boom imobiliário, diretamente com a construção das casas, e indiretamente com as perspectivas abertas por essa explosão da cidade para as demais obras. A criação dos conjuntos se caracteriza como segue.

1o. O calendário de execução é bastante defasado em relação com a evolução do parque nacional. Desde 1967, data das primeiras entregas de casas, até 1986, quando foi extinto o BNH (Banco Nacional de Habitação), calcula-se que quase 80% das unidades foram realizadas após 1978, isto é, enquanto o mercado habitacional brasileiro já estava entrando na sua primeira e profunda recessão.(4) Ademais, os dois maiores conjuntos da cidade foram erguidos em plena crise, ou seja, depois de 1982. Isso nos permite apontar o papel, sem dúvida decisivo, das relações políticas das autoridades estaduais em nível federal para incentivar as obras públicas numa conjuntura debilitada. É interessante anotar, por outro lado, que esses conjuntos foram realizados com padrões tecnológicos péssimos, no momento em que começavam a ser discutidos, sob a égide do BNH, os problemas cruciais da inovação e da racionalização da produção no setor habitacional.(5)

2o. No entanto, mesmo após 1978, a observação do número de casas concluídas por ano revela grandes irregularidades. Aí chegamos à questão da descontinuidade no financiamento da construção, que é básica numa apreciação política de certas formas de rotatividade. Dois fenômenos a serem destacados são a aceleração da programação (e, por um efeito de encadeamento, da criação de novos projetos) em cada último ano dos mandatos dos governadores e prefeitos por um lado(6) e, por outro, a freqüente interrupção das obras iniciadas anteriormente aos mesmos. Em outras palavras, apesar de um

crescimento global, não pode existir planejamento na construção civil ligada à habitação "popular". Numa certa medida, veremos que a incerteza quanto à continuidade no financiamento tende a se tornar uma regra no ramo inteiro, explicando, no caso de João Pessoa, o número elevado de empreiteiras criadas ou desativadas.

3o. Para além dos necessários movimentos de sanfona levados por essa instabilidade política, a participação dos conjuntos no parque habitacional pessoense é enorme: com mais de 30.000 unidades para uma população de cerca de 420.000 habitantes em 1986, calcula-se grosseiramente que um terço dos pessoenses moram "no conjunto". Essa proporção é raramente verificada nas capitais maiores. A mobilização da força de trabalho foi, portanto, intensa, tanto mais que se trata de uma arquitetura rudimentar, envolvendo principalmente uma mão-de-obra não qualificada, com prazos de entrega apertados. Ainda hoje, enquanto o setor das edificações privadas cresceu muito e já houve um retorno de operários qualificados em outros estados, o desprezo da categoria por parte dos empregadores toma freqüentemente essa forma: "Fora os conjuntos, o 'peão' não sabe fazer nada." Significativamente, tais reflexões traduzem as dificuldades atuais da construção civil quanto à sua herança tecnológica.

4o. Devido à abundância de terrenos de propriedade pública no município, geralmente bastante longe do tecido urbano, os conjuntos habitacionais oferecem duas outras singularidades, ou seja: por um lado, são constituídos principalmente de casas térreas (as mais recentes podem ser de um andar); por outro, os maiores oram localizados em áreas extensas, no sul do principal eixo de comunicação interurbano, separados do resto da cidade, bem como do litoral, por imensos espaços baldios. A infraestrutura que abastece esses conjuntos é hoje a ocasião de uma alta valorização dos terrenos intermediários e de empreendimentos turísticos faraônicos na costa sul. Assim se verifica o papel motor da política habitacional "popular" e se anunciam as contradições de uma profissão ainda mal preparada para entrar em outros tipos de mercados, pois abrindo brechas para a atuação das firmas "estrangeiras" (ou seja, não paraibanas).

TENSÕES NA CONSTRUÇÃO CIVIL PESSOENSE

Em suma, a tendência recessiva da economia brasileira a partir do

final dos anos 1970 contribuiu a forjar um perfil original da construção civil em João Pessoa. O ramo se estruturou, tarde mas rapidamente, a partir de uma injeção vultosa de verbas públicas, atrasando a mobilização de recursos próprios. A partir de 1986, e mesmo antes, ele enfrentará um duplo desafio: o corte nos financiamentos de origem federal e a acentuação da concorrência interna e externa. Isso, considerada também a rápida valorização dos terrenos, vai se traduzir por um aumento relativo das encomendas privadas, ou seja, a incorporação e as casas particulares (construções e reformas). Conseqüentemente, ocorrerá uma certa remoção da mão-de-obra em direção aos edifícios e ao setor do biscate.

Voltando à situação anterior a 1986, a subvenção federal à economia imobiliária trouxe consigo várias distorções que, sem serem peculiares de João Pessoa, nesta cidade tomaram formas agudas. Apadrinhamento, editais de concorrência com "jogos de cartas marcadas", licitações de "pacotes de obras" previamente loteados, tráfegos de influência e generalização da "Caixa 2" para financiar as campanhas eleitorais marcaram a emergência do ramo da construção, isto é de domínio público. Chama nossa atenção o fato de que tais práticas começaram a ser amplamente denunciadas pelo próprio Sindicato da indústria da construção — nos mesmos termos que acabamos de usar(7) — quando se agravou a concorrência com as empreiteiras não paraibanas, que aproveitaram uma maior margem de manobra financeira para penetrar o mercado das obras públicas de João Pessoa. Entre as dez "propostas de obras governamentais" por este sindicato (ver nota 7), vale citar a primeira: "Não permitir o agenciamento — (Isto porque o autofinanciamento gera discriminação das empresas de menor porte, encarece os custos das obras, estimula a sublocação de serviços gerando altos lucros para empreiteiros, além de se constituir numa transação de lisura duvidosa que comumente envolve a partilha de comissões entre os 'intermediários' de contratos e dirigentes de órgãos públicos)."

Este diagnóstico, ainda que deformado porque tende a fazer acreditar que um segmento inteiro da profissão é liso, dá um retrato interessante da atual situação conforme foi herdada. Podemos completá-lo da seguinte maneira.

Em primeiro lugar, o freqüente sobrefaturamento das obras contratadas junto ao setor público não impediu a ativação das empreiteiras médias.

Pelo contrário, multiplicou-se o setor da subcontratação (por administração ou por tarefa) e, portanto, o número de "gatos" e outras empresas "por acaso" (segundo as palavras de um dirigente). Conseqüentemente, a economia nos materiais e na mão-de-obra, a clandestinidade e a rotatividade se tornaram características duráveis do ramo. Isso quer dizer também que as fortunas individuais e as posições respectivas das empresas são muito inconsistentes, dependendo de uma classe política em perpétua mudança. Há em João Pessoa vários casos de firmas castigadas depois das eleições por terem feito a campanha do candidato derrotado.

Verifica-se, por outro lado, a questão fundamental do capital na continuidade dos projetos, salientando que não se trata apenas das obras públicas mas de todos os projetos que necessitam um apoio da rede bancária, ou seja, do principal da construção civil. Ilustra isso o número, sempre importante na capital paraibana, de obras paradas após os trabalhos de infraestrutura, esperando a liberação das verbas e deixando aos "gatos" a responsabilidade de assumir os inevitáveis movimentos de admissões e dispensas vinculados a essa instabilidade financeira.(8)

Observou-se assim, nesses últimos anos, inclusive entre as maiores obras da capital contratadas por empresas de "fora", maciços desligamentos de operários sem razão aparente, de um dia para o outro, porque o serviço foi desativado pela falta de recursos. Outros fatos, como os desencontros entre donos, o encarecimento dos materiais, as modificações no projeto inicial, ou ainda a falta de respeito ao Código de Urbanismo, contribuem para alimentar um alto nível de rotatividade de mão-de-obra. Nos casos em que a firma tem um capital de giro suficiente para manter a produção com os seus trabalhos ao volume das finanças disponíveis, muito mais que às mais racionais opções técnicas por um lado, e por outro, limitar tanto quanto possível os investimentos em bens de produção, preferindo-se a utilização de mão-de-obra sem qualificação nem estabilidade. Assim, na espera de uma hipotética liberação de fundos bancários, uma das maiores obras privadas da capital, não somente funciona com apenas um terço dos operários que poderia incorporar, adicionando de vez em quando turmas de serventes por "experiência", mas também fez as escolhas tecnológicas mais clássicas (como escavações manuais, betoneiras na obra, escoramento de madeira, formas de tábuas, etc.) O círculo vicioso é evidente, uma vez que, mesmo com custos em mão-de-obra que raramente ultrapassam 20% do valor do serviço, tais opções encarecem, em nível da profissão inteira, os orçamentos médios da construção

civil, acelerando por sua vez a rarefação das verbas e a luta pelo acesso ao mercado financeiro.

Com efeito, observamos agora, para finalizar, uma concorrência acen- tuada entre as empresas nos processos de conversão parcial da profissão para o setor da incorporação e de penetração dos empreendimentos públi- cos pelas firmas de outros estados. Isso se tornou uma preocupação da fração esclarecida dos donos das construtoras paraibanas, hoje pregando a neces- sária modernização, como único meio para enfrentar o que interpretamos como uma profunda racha no antigo sistema de financiamentos por apadri- nhamento, devido à crise. Conforme as próprias palavras desses dirigentes, a construção civil sofre de "falta de planejamento", ela é "artesanal, doméstica", e o empreiteiro, é "imediatista." Sair vitorioso da concorrência significa, para eles, aumentar a produtividade e, para tanto, acabar com essa característica da construção civil que faz com que "aqui, praticamente a mesma equipe faz tudo," doravante apenas admitindo pessoal altamente "capacitado". No entanto, além de geralmente não se responsabilizarem pela baixíssima remuneração média da força de trabalho, que não representa um incentivo para a formação de uma classe qualificada, esses empresários, se mantêm numa posição inconfortável frente à questão da estabilidade da mão-de-obra, como veremos agora.

VÁRIOS TIPOS DE ROTATIVIDADE

Quem pensa em construção civil pensa em rotatividade. Este conceito abrangente resume todos os movimentos internos e externos de pessoal que conhece o ramo. Na prática, além de conterem um viés — já que, salvo certas pesquisas com amostra, tratam apenas do trabalho com registro —, as estatísticas escondem realidades diversas. Por exemplo, parece difícil de dar a mesma significação à transferência do operário X (com um mês pago de aviso prévio entre duas obras da mesma firma), à dispensa do operário Y (numa conjuntura de recessão), ou ainda à substituição do operário Z (pelo operário Z no mesmo serviço).

Partindo do ponto de vista de um empregado pessoense, podemos pelo menos discriminar três tipos básicos de rotatividade:

quais conjunturas um operário pode ser levado a deixar uma firma, quer para voltar no interior, quer para ficar "parado" na cidade, quer ainda para "pegar um biscate." Encontramos dois fatores principais e estreitamente vinculados, isto é: as condições na empresa e o volume global de emprego na construção civil.

A CONSTRUÇÃO CIVIL É TAMBÉM UMA PORTA DE SAÍDA

As condições na empresa, em termos de contratação, salário, relacionamento com os chefes, etc., são causas de uma proporção significativa de movimentos de ida e volta entre ela e o campo. Nossos dados empíricos parecem confirmar que, na capital paraibana, o principal reservatório em mão-de-obra da construção não é tanto o sertão (que, muitas vezes, alimenta diretamente o sudeste) como a zona litoral e o próximo brejo. Ou seja, áreas onde existem possibilidades sazonais de alternar o trabalho na roça ou na agricultura capitalista e os serviços na construção urbana. Isso indica que a migração para a cidade não é somente uma migração de expulsão do campo ("push effect") mas também uma migração de apelo ("pull effect"), notadamente em função das necessidades da construção civil, submetendo os candidatos a emprego a uma apreciação comparada das duas situações — sendo essa estratégia, na realidade, muito mais uma repartição de forças em nível familiar do que individual.

Deve-se, portanto, relativizar a fórmula consagrada, apresentando a construção civil como uma "porta de entrada" para o emprego urbano, uma vez que apenas uma fração dos migrantes tem chance ou vontade de se fixar nela, consideradas as péssimas condições estatutárias e salariais que ela oferece, sem evocar a permanente humilhação que resume a situação do "peão" de obra. Além disso, essa fórmula deixa supor que a construção abre acesso para empregos em outros ramos, o que é raramente verificado em João Pessoa, e também que não existem outras "portas de entrada", o que é exagerado.

Ademais, embora seja inegavelmente positivo o saldo migratório global em favor da cidade, quando examinarmos o volume médio de obras concluídas por ano, não é muito óbvio que o número de empregos gerados pela construção civil cresceu muito há 10 ou 15 anos na capital paraibana. Pelo contrário, a época dos grandes conjuntos habitacionais mo-

bilizou provavelmente mais força de trabalho do que o atual boom imobiliário privado. Por razões metodológicas evidentes, um dos maiores defeitos dos estudos sobre o operário da construção é que eles deixam de lado aqueles que saíram do sistema ou que simplesmente estão afastados do ramo formal no momento da pesquisa, quer no interior, que no subemprego urbano.(10) No entanto, lembrando-se a extrema importância da rotatividade do terceiro tipo, pode-se inferir que a construção civil rejeita constantemente uma quantidade considerável de força de trabalho. Em outros termos, que ela também, por sua vez, participa de uma migração de expulsão, seja ela temporária ou definitiva.

Assim, mostra seu caráter ideológico a teoria, popularizada nos primeiros anos de existência do BNH, conforme a qual a construção civil seria uma solução para absorver uma mão-de-obra excedente oriunda do campo e, portanto, sem qualificação. Invertendo a proposição, é válido conjecturar que a manutenção desse tipo de mão-de-obra, particularmente exposta à rotatividade, é, muito mais do que da oferta de força de trabalho, um efeito da demanda desta, em função de decisões político-financeiras.

Outrossim, parece também enganoso analisar, como acontece freqüentemente na imprensa, o desenvolvimento do setor "biscateiro" como uma mera consequência da crise nas empresas formais, uma vez que, em João Pessoa e ainda mais nas cidades industrializadas, sua expansão tem muito a ver com as insignificantes perspectivas salariais e estatutárias que prevalecem na categoria. A respeito disso, é preciso indicar que, até nos períodos de alto faturamento, as empreiteiras pessoenses têm poucas condições de controlar a evasão dos profissionais para o setor do biscate.

Combinam-se, desse modo, em se contradizendo, várias formas de rotatividade. Quando se deve aos incessantes movimentos de contração e expansão da construção civil, por razões políticas gerais, é principalmente sofrida pelo pessoal sem qualificação; quando reflete dosagens variáveis entre os trabalhos formal e informal, embora atinja a categoria inteira, tende a freiar a profissionalização dentro das firmas; e, para finalizar, quando é relativa às tensões que existem na política de gestão da mão-de-obra, encontra entre os próprios operários vários motivos para se manter, como veremos a seguir.

A ROTATIVIDADE CIRCULAR: UM FENÔMENO CONTRADITÓRIO

Aparentemente, que seja vista do lado do empregador ou do empregado, a rotatividade apresenta aspectos paradoxais. A partir da nossa experiência em João Pessoa, destacam-se as seguintes observações.

1o. — A rotatividade passou a ser uma característica "normal" da construção civil na visão patronal. É evidentemente uma tendência enraizada da política dos construtores de evitar a estabilização contratual da força operária num quadro permanente da empresa principalmente quando se trata de pessoal não qualificado. Na visão dos empregadores, institucionalizar a precariedade da mão-de-obra significa adaptar mais facilmente o volume de admissões ao mercado, assegurar uma flexibilidade na repartição qualitativa dos operários no decorrer da obra e evitar um certo número de gastos trabalhistas e previdenciários ligados à permanência de funcionários na firma. Para tanto, o ramo recorre a várias práticas conhecidas: (11) contratos por "experiência" fictícia, atraso no fichamento da carteira, dispensas disfarçadas em "necessidades de serviço," contratação de tarefeiros e, sobretudo, manutenção de um setor de subcontratação fora da legislação trabalhista. Numa palavra só, é a clandestinidade que, nas suas várias formas, permanece a alavanca da rotatividade, indicando claramente que se trata de uma política. Os depoimentos que recolhemos não deixam qualquer dúvida quanto a isso, uma vez que as práticas acima enumeradas se tornaram tão comuns que são evocadas sem receio pelos interessados.

2o. — Simultaneamente, como vimos, a péssima qualificação dos operários, a baixa produtividade e a má qualidade das construções não deixam de constituir uma preocupação da classe patronal, pelo menos dentre a fração a mais avançada desta (isto é, a mais exposta pela luta no mercado à necessidade de modernizar). Assim, nos mesmos depoimentos (ou em outros), registram-se freqüentes queixas sobre a impossibilidade de fixar na firma uma mão-de-obra profissionalizada. Até se encontram donos de empresa que, para além da verossimilhança, declaram que se comprometeriam em providenciar qualquer nível de salário e total estabilidade a quem justificasse um bom desempenho. Pode-se anotar aqui uma confusão mantida entre a questão da mobilidade dos profissionais e a dos serventes, estes últimos raramente sendo o alvo de qualquer política de formação. No entanto, de modo geral, o discurso patronal tende a associar a

rotatividade à má qualificação do operário, culpando este da impossibilidade de oferecer-lhe uma carreira na firma. Ao lado de considerações supostas essenciais ("ele é migrante, portanto é ignorante"), encontramos uma série de argumentos sobre a mentalidade "vagabunda e nó cego" que prevalece na categoria.

3o. — Essa tendência dos empresários em se apresentarem, enquanto indivíduos, como vítimas de uma situação que, enquanto classe, contribuem a produzir é tanto mais perversa porque reflete, claro, uma parte de verdade. De fato se é vista em nível superficial, a participação dos operários à sua própria mobilidade é muito maior do que se pensa geralmente. Podemos afirmar — embora esta pesquisa seja feita sem amostra e, portanto, não se pretenda representativa — que, fora os movimentos cíclicos do emprego acima evocados o número de demissões voluntárias ultrapassa as dispensas por iniciativa do empregador. Ou seja, que a situação geral nas obras, em termos de salário, relações hierárquicas e disciplina, condições de trabalho, valorização das capacidades do operário, acomodação e, antes de tudo, precisamente contratação, são suficientemente insuportáveis para que, na maioria dos casos, a firma não necessite tomar a iniciativa formal da dispensa. Ainda mais isso acontece no meio dos mestres de obra que viram "gatos", onde podemos destacar a generalizada burla no pagamento e a recusa a assinar a carteira como as duas principais causas de demissões "voluntárias". Eis a força ideológica do sistema, que parece repassar para o trabalhador a iniciativa da sua instabilidade.

4o. — Às vezes mais ativamente, os operários participam na sua própria rotatividade. Em primeiro lugar, apontamos várias manifestações de resistência ou de simples inadaptação ao universo "amassador" da construção, que constituem um conjunto de causas para ser mandado embora: atraso para "pegar" na segunda-feira para quem viajou no interior, frequentes acidentes e atestados (os "bombril"), embriaguez, brigas, esconde-esconde com os encarregados, etc. Tais acontecimentos reforçam, por sua vez, o discurso patronal dominante, disposto a ver nisso uma confirmação da mentalidade "inconsciente, atrasada, batalhadora" ou ainda "preguiçosa" do "peão", poupando uma interpretação ao nível das condições que prevalecem no ramo e que, claro, constituem um foco para atitudes de resistência.

Em segundo lugar, embora favoreça de numerosos modos a rotatividade selvagem, (12) a lei trabalhista oferece várias vantagens ao operário na hora do

desligamento, compensando parcialmente um nível de salário que permanece historicamente abaixo das necessidades vitais. Quase nunca esta lei fica aplicada ao pé da letra, uma vez que, no melhor dos casos, os direitos do funcionário dispensado são calculados sem tomar em conta a retribuição "por fora" (ou seja prêmios, "serão", produção e tarefa). Mesmo assim, contudo, observa-se na categoria uma tendência constante a pedir as contas, até nas "boas firmas, para reequilibrar o orçamento, enfrentar gastos inesperados, ou ainda se constituir um capital de biscateiro. Uma forma particular desse processo se baseia numa cumplicidade efetiva entre as duas partes: é o "acordo" (ou seja, uma dispensa fictícia seguida por um período de clandestinidade, e depois eventual readmissão) que, apesar de sempre prejudicar as contas do dispensado (via de regra não recebe o aviso prévio), representa para ele a entrada de um "dinheirão" na hora. Essas dispensas provocadas denunciam a articulação existente entre o baixo nível dos salários e a rotatividade. Lembramos aqui também os incessantes movimentos de ida e volta entre as empresas e o biscate, traduzindo uma estratégia comum: o operário alterna o trabalho "fichado", para ter acesso aos direitos previdenciários, e o "clandestino" que, em princípio segura uma maior renda. O conjunto desses comportamentos de sobrevivência amplamente explica que, longe de resistir à política empresarial de rotatividade, os trabalhadores, muitas vezes, antecipam-na.

5o. — Finalizando, anotaremos que a rotatividade pode se dar bem com a fidelidade. Analisando não somente as trajetórias bastante desordenadas de cada operário mas o denso sistema de interrelacionamento que se tece numa capital média como João Pessoa, verificam-se, para além dos incessantes movimentos individuais, inúmeras manifestações de preferência. Que se trate de apadrinhamento, de laços entre parentes ou conterrâneos, de obrigações entre quem ensinou a profissão e quem recebeu a classificação, ou então da simples gratidão para quem "quebrou um galho" num momento difícil, a distribuição dos empregos na categoria deve pouco ao acaso. Apesar de raramente segurarem uma verdadeira estabilidade para aqueles que caem na sua proteção, os vários mestres da cidade se constituem uma rede em que costumam mobilizar a mão-de-obra conforme as necessidades dos serviços. Ademais, aprisionados por um conjunto de relações sociais paternalistas, os operários, não raro, voltam a trabalhar com o mesmo mestre, ontem indicado como o pior dos

exploradores. Isto porque a própria posição do mestre na produção é suficientemente contraditória para evitar que se desenvolva uma opinião puramente negativa sobre ele. Tomando o exemplo dos serventes, observamos que o casal rotatividade-fidelidade consagra uma divisão, quase institucional na construção civil brasileira na ausência de formas externas de reconhecimento da profissionalização, ou seja, entre a classificação (na carteira) e a qualificação (real). O poder discricionário do mestre faz com que o saber acumulado do servente continua um "capital", por assim dizer, muito vulnerável: tendo nas suas mãos a chave da classificação, ele pode vincular o servente à empresa, já que este, se fosse mudando de emprego, correria o risco de perder esse "capital". Os donos de firma são muito "sabidos" na arte de manter essas situações de expectativa, fonte de lucro para eles, ao mesmo tempo que isso mostra os limites do discurso dominante sobre a "má qualificação do peão".

O PROBLEMA DA MODERNIZAÇÃO É MAIS SOCIAL DO QUE TÉCNICO

Em suma, juntando as cinco observações acima, pode-se inferir que a classe patronal não tem um domínio completo da rotatividade que sua política cria. O mesmo raciocínio poderia ser feito no que diz respeito à qualificação do operário. Pesquisas, debates e projetos sobre a racionalização do ramo se tornaram numerosos nesta década,⁽¹³⁾ mas permanece escassa a reflexão sobre as mudanças na condição do "peão" da obra nesse processo, notadamente sobre a composição e o nível histórico do salário na construção civil brasileira. A não ser que se adote uma visão neoclássica, há motivos para se pensar que a permanência de salários baixíssimos, bem como de incentivos à produtividade fora da folha de pagamento e outras formas de clandestinidade, não é um efeito de um excedente estrutural de mão-de-obra, nem das características intrínsecas desta. É um elemento de um dispositivo político global, que envolve também alta rotatividade e fraqueza profissionalização: permanecendo decomposto numa série de itens técnico, sem dimensão social, o problema não pode encontrar solução.

NOTAS

- 1 Sobre os limites da explicação "física" da rotatividade, ver: Sônia Lemos Grandi, "Relações de trabalho e rotatividade na construção civil", São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979, p. 18-24; propõe uma interessante interpretação na rotatividade enquanto fenômeno disciplinar: Elizabeth Silva Sztutman, "Política empresarial de controle da força de trabalho: rotatividade como dominação", São Paulo, USP, 1981, resumida p. 217-9.
- 2 Para uma periodização mais fina e completa, o trabalho de referência é: João Roberto Lavieri, Maria Beatriz Ferreira Lavieri, "Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa: em direção à seletividade na ocupação do espaço - 1960/1986," João Pessoa, NDIHR/UFPb, 1987.
- 3 Nosso texto anterior: "Os trabalhadores da construção civil em João Pessoa: primeiras reflexões," João Pessoa, MCS/UFPb, 1988, p. 1-13, apresenta com mais detalhes o modelo de interpretação da economia subsidiada.
- 4 Essa avaliação e outras a seguir são feitas a partir de várias fontes, entre as quais: Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira, "Trajetórias ocupacionais e reprodução da força de trabalho urbana", João Pessoa, MCS/UFPb, 1988, p. 73.
- 5 Ver: Gabriel Bolaffi, "A questão urbana - Produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho", "Novos Estudos Cebrap", vol. 2 n. 1, abril 1983, p. 61-8 e notadamente p. 63.
- 6 Sobre os "prazos políticos", ver: Nilton Vargas, "Tendências de mudança no processo de trabalho na construção civil", São Paulo, UNICAMP-USP, 1988, p. 5.
- 7 Fala também de "corrupção" e de "concorrências fraudulentas" a capa do documento: "Dossiê da construção civil, Boletim informativo do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa, João Pessoa, s.d. (1987). A citação que segue é do mesmo documento, p. 3.
- 8 Faz alusão à rotatividade e ao subemprego "como decorrência da descontinuidade dos investimentos" o relatório: Fundação João Pinheiro, "Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção", Belo Horizonte, 1984, vol. 1, p. 246.

- 9 Propõe uma visão bastante desdenhosa do "biscateiro de carreira": Abdias José dos Santos, "O biscateiro - Depoimento de um trabalhador", Petrópolis, Vozes, 1981 (5. ed.), p. 21-3.
- 10 Por isso, ajudam à compreensão das saídas da categoria estudos que são feitos numa outra base, por exemplo o bairro ou a condição do migrante. Respectivamente ver: Maria Elzenita Braga, op. cit. e: Marilda Aparecida de Menezes, "Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba (Migração, família e reprodução da força de trabalho)", João Pessoa, MCS/UFPb, 1985.
- 11 Além de: Sônia Lemos Grandi, op. cit., cap. IV, VI e VII, ver: Nair Heloisa Bicalho Souza, "Construtores de Brasília - Estudo de operários e sua participação política," Petrópolis, Vozes, 1983, p. 152-6.
- 12 Sobre o "papal propulsor da rotatividade" da carteira profissional e a experiência, ver ainda: Sônia Lemos Grandi, op. cit., p. 82 e p. 83-5.
- 13 Ver um balanço desta questão em: Marta Ferreira Santos Farah, "Organização do trabalho na indústria da construção", S. Paulo, USP, 1988, p. 15-25.

**“FRACASSADOS E BONS COMPANHEIROS:
o irrecuperável numa comunidade pesqueira**

Simone C. Maldonado
DCS-CCHLA-UFPb

“Propriedade não quer dizer senão o comportamento do homem perante as suas condições de produção como pertencentes a ele, como pressupostos da sua própria existência (. . .) e que por assim dizer formam apenas o seu corpo prolongado.”

Karl MARX

A reciprocidade que sociólogos como Marcel Mauss (1967) consideram axiomática à sociedade, continua sendo uma noção eminente às análises sócio-antropológicas da vida humana e da expressão do homem em sociedade.

As etnografias têm testemunhado as mais variadas formas de expressão da reciprocidade que resulta no “segredo compartilhado” de que fala Jung (1986) constituindo o cimento da coesão dos grupos e elemento inerente aos pactos dos homens.

Os estudos na área de Antropologia Médica destacam em especial a expressão da reciprocidade e as formas de solidariedade e de troca que esta noção inspira em eventos de doença, crise, de aflição. As etnografias feitas na América Latina terminam por falar de “susto” (Rubel, 1960; 1964; 1966; 1984; Collado-Ardón, 1986), estado crítico tendente a ocorrer em

contextos de estrição e de inadequação social. Vale adiantar que essa inadequação sobretudo quando assume a forma de ausência do trabalho, agressividade e depressão, é ao mesmo tempo causa e efeito de "susto". As interpretações do fenômeno variam, no entanto, de trabalho para trabalho. Há os que tratam o "susto" como uma trégua que o indivíduo se concede com o beneplácito social, para refazer-se de algum impacto ou de tarefas onerosas às quais não consegue corresponder (Uzzel, 1974).

Rubel (op. cit.) que estudou intensivamente o fenômeno em contextos latinos nos Estados Unidos, associa-o a estados patológicos e ao medo "real" de alguma coisa como cair dentro de um rio ou encontrar-se com uma cobra. Registra-se fenômeno semelhante entre indígenas brasileiros. Em comunicação pessoal, o antropólogo David Price, estudioso dos índios nambiquara, descreveu duradouras lenga-lengas e expressões de raiva ou de dor de pessoas aflitas nas reuniões noturnas ao pé da fogueira. No livro "Uirá, um índio sai à procura de Deus", Darcy Ribeiro contextualiza o estado "ñaron", em que o aflito quebra, queima, destrói seus objetos e até mesmo a sua moradia, para aliviar-se da dor.

Característica de sociedades "simples"? Forma "adaptativa" de legitimar, por exemplo, a ausência do trabalho ou a agressividade de uma maneira geral?

Enquanto expressão da reciprocidade em contextos simples, a aceitação de tais comportamentos e as formas específicas de tratar a aflição individual são viáveis em razão de uma lógica produtiva orientada por princípios de natureza moral diversos da produção industrial capitalista.

Trata-se aqui do relato de quando e como tomei conhecimento do fenômeno do "fracasso" durante experiência de campo entre pescadores artesanais da Paraíba. Em seguida, desenvolvo reflexões no sentido de mostrar como na forma social aqui tratada, a pesca, a expropriação dos instrumentos de trabalho no processo de industrialização e assalariamento incide sobre as possibilidades do pescador e a sua expressão no mundo.

EM 1978

A comunidade pesqueira artesanal de Ponta de Mato fervilhava em fins de 1978 quando lá cheguei para o que pretendia fosse um exercício de "observação participante", tradicional à metodologia antropológica. Muitas

mudanças nas técnicas pesqueiras ali ocorriam naquele momento, *pari passu* com modificações na organização da produção e nas relações sociais.

Naquela comunidade de pescadores tradicionalmente artesanal e autônoma, haviam-se instalado uma pequena indústria lagosteira e depois uma cooperativa que visava absorver o pescado localmente coletado, promover a melhoria das condições de produção e de vida do pescador artesanal e uma comercialização mais ampla do produto, idealmente dissociada da pessoa do atravessador (ou intermediário) e que financiava botes e motores através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

A pesca tradicional de Pontade Mato se fazia "a pano" (a vela) em "róis de pesca" (grupos de trabalho) de três a quatro homens, em caráter predominantemente familiar, voltando-se para o consumo assim como para a venda, permitindo ao pescador enquanto proprietário do seu instrumental, uma identidade e, se quer, uma forma de cultura.

Os botes lagosteiros que ali chegaram trazidos pela empresa de pesca, se orientavam na produção por princípios industriais que implicam na propriedade privada do instrumental de pesca, na produção exclusiva de valor de troca (1) e no assalariamento de pescadores. Desde que a empresa ali se instalara, os pescadores locais haviam passado a conviver com a nova frota, motorizada e guiada por princípios diversos dos seus na lógica produtiva, e com outra categoria de produtores marítimos, os pescadores assalariados.

Durante a pesquisa em que buscava identificar as estratégias produtivas e alimentares diante da sazonalidade da pesca e do assalariamento, apercebi-me de várias formas de expressão nas relações das pessoas, como trocas institucionalizadas de comida e de trabalho, sistemas de nomeação, percepções específicas da divisão do mundo em "mundo de mar" e "mundo de terra" e sobretudo, trazendo nova tonalidade às tradições daquela comunidade, o assalariamento dos seus membros.

Como na maior parte das comunidades pesqueiras do mundo (cf. Acheson, 1980; Johnson, 1980; Breton, 1982; Diegues, 1983), Ponta de Mato é um grupo tradicional, fazendo o que se tem chamado "pesca de pequena escala", voltada para a produção de uma mercadoria de grande significação simbólica, o peixe, em volta do qual se vive ali nos termos de um determinado ethos (2). Tal modo de ser e de sentir se modifica em certos traços estruturais seus sob o impacto da modernização e da capi-

talização da pesca. A pesca tradicional no Brasil é uma das práticas marítimas em que o homem se articula com a natureza e tende a ocorrer em moldes "simples", chamados artesanais muito em função no nível tecnológico em que atuam e do meio que exploram para viver, como já disse neste texto.

Contudo, à diferença da terra, o mar é um recurso indiviso e não apropriado sob forma jurídica ou contínua, em que a territorialidade produtiva obedece a princípios consuetudinários e se realiza em formas simbólicas de divisão e de distribuição do espaço.

Além disso, o mar se caracteriza pela sua condição de "patrimônio comum", cujo acesso é regulado desde os grupos mais simples aos países litorâneos desenvolvidos, por códigos cujos traços caracterizam o mar diferentemente da terra, na representação dos que dele vivem.

Outro traço do mar é também estrutural à pesca, é o risco. Inúmeros artigos e livros sobre a vida social dos pescadores (cf. Acheson, 1980) e sobretudo os que falam da formação das tripulações (Tavares, 1974; Faris, 1972; Johnson, 1980; Diegues, 1983) e às relações que predominam em cada unidade de produção, registram expressões de comportamento, modos de relacionar-se e a organização de eventos ritualizantes objetivando minimizar os riscos e conflitos iminentes à permanência no mar alto, à pesca e ao mercado.

O traço eminente ao modo de ser do produtor marítimo é a independência, a autonomia que na pesca artesanal perpassa toda a atividade produtiva, determinando inclusive certos graus na hierarquia do trabalho. Essa autonomia "natural" calca-se em grande medida na inexistência de apropriação do meio e se faz acompanhar no universo pesqueiro, de manifestações de igualitarismo que propiciam modos de interação bastante característicos das sociedades marítimas tradicionais (Acheson, 1980; Nemeck, 1972; Kottak, 1966 e 1982; Maldonado, 1986). Tais práticas, que vão desde périplos simbólicos e refeições ritualísticas a formas secretas de associação, de assistência mútua e de auto-representação, ocorrem com maior frequência no âmbito da pesca autônoma, cuja lógica produtiva as pode conceber e comportar, o que acontece com menor frequência em contextos industrializados e capitalistas.

Passo a referir-me a uma prática social num contexto autônomo de produção pesqueira que, pelos traços que pude registrar, ocorre em momentos críticos e carregados de interesse para aqueles pescadores.

“FRACASSO” E “FRACASSADOS”: O IRRECUPERÁVEL

A primeira referência que tive do “fracasso” foi durante entrevista com um pescador que, ao falar-se de acientes no mar, exclamou vivamente: “Graças a Deus eu nunca caí num ‘fracasso’ desses”. Ainda impregnada dos termos do meu próprio universo social, recebi o comentário como se o “fracasso” fosse para seu João o que seria para mim.

Mais adiante, estando à beira-mar no fim do dia, ouvi o seguinte de um homem de meia idade que tinha o braço mutilado num acidente no mar e que ali se encontrava sempre àquela hora para ver ‘entrar’(3) o seu bote, movimentado por dois dos seus filhos e por um sobrinho:

“Eu já estive fracassado mas passou. Graças a Deus meus filhos são agradecidos e compreendem a minha situação. Os camaradas me ajudaram quando eu precisei beber muito com desgosto porque eu ainda podia pescar muito se não fosse isto que me aconteceu. Mas agora já passou e eu tou conformado”.

Percebi que havia mais do que ruína, perda ou malôgro no fenômeno do ‘fracasso’ e passei a buscar sua importância no contexto das demais relações sociais e na versão dos pescadores sobre a sua vida e a sua sociedade.

Chama-se ‘fracasso’ em Ponta de Mato certo estado depressivo não raro acompanhado de sintomas como dores musculares e estomacais, vômitos e insônia, em que o pescador atingido altera o seu comportamento habitual e a sua disposição para o trabalho. O indivíduo que ‘cai num fracasso’ passa por um fase crítica durante a qual, segundo a ‘teoria local’ (5) se reorganiza após acontecimentos como a morte inesperada de familiares, a viuvez, desavenças conjugais sérias e traição, além da perda total do bote ou danos graves no instrumental de trabalho que o aflito não esteja capacitado a recuperar.

Considera-se ‘fracassado’ o pescador que ‘se desinteressa da pesca’, tem o seu humor alterado — seja tornando-se agressivo ou caindo em depressão — e geralmente bebe muito.

O fracasso me pareceu ser uma crise reconhecida pelo grupo, que desenvolve mecanismos de legitimação para a ausência do aflito do processo de trabalho, e para a conseqüente impossibilidade de sustentar sua

família, de modo que ele possa vivenciar o impacto dos acontecimentos sobre o seu modo de ser e reorganizar-se após os eventos que causaram o seu 'fracasso'. Essa fase dura vinte dias aproximadamente, período em que outros pescadores – geralmente compadres, parentes ou membros do "rol de pesca" do "fracassado" – provêem o sustento dos seus dependentes, sendo ainda legítimo que ele beba em paz e desabafe os seus sentimentos de modo a superar a crise e poder retomar a sua vida normal. Os pescadores assim explicitam a situação dos "fracassados" e o seu comportamento para com eles e suas famílias:

"Esse aí tá fracassado. A mulher deixou ele. A senhora vê, tá desinteressado da pesca e tem que beber pra se aguentar".

"Ele hoje tá falando besteira mas é assim mesmo. Deixa que isso passa e ele fica bom. A gente dá o peixe dos meninos e ainda paga uma cachaça pra ele".

O 'fracasso' tem caráter passageiro e a sua superação nem sempre depende da recuperação do que se perdeu, mas antes se dá com a reintegração do 'fracassado' ao cumprimento das suas obrigações após o período socialmente organizado em que vivencia a sua crise e expressa a sua aflição.

Assim, o 'fracasso' tem causas físicas como a impossibilidade de pescar por doença ou por mutilação; causas materiais como a perda do bote que leva ao afastamento temporário do mar ou ainda causas morais como a dor pela morte inesperada de um ente querido e as desavenças conjugais. O importante nessa manifestação é que o grupo propicia ao flito a oportunidade de vivenciar o seu estado em nome da solidariedade inspirada pela condição comum de pescadores. Tal solidariedade vai desde a reverência para com os termos do 'fracasso' do outro, até a legitimação da sua ausência do trabalho e a assistência ao sustento dos seus dependentes.

AUTONOMIA E ASSALARIAMENTO

Dois aspectos me parecem reveladores na leitura do texto do "fracasso" em que se me apresentou a expressão da solidariedade inspirada no conceito de "bom companheiro", ocorrendo o fenômeno sempre no âmbito da pesca autônoma, e vale dizer também, sempre no universo masculino.

Referir-me há pouco a trocas de comida e trabalho como expressões perceptíveis da solidariedade que ali marca as relações sociais e que junto com outras, fazem parte do modo de ser daqueles pescadores. Entre eles são frequentes as doações e trocas de peixe, sempre dentro de parâmetros ditados pelo próprio simbolismo deste item alimentar que é também a mercadoria por excelência produzida em Ponta de Mato. O pescador "fracassado" conta com a assistência de outros durante a sua crise, através da doação de alimentos simbolizados no comportamento verbal na palavra "peixe". Assim é que se dá o "peixe" necessário a sobrevivência da família do outro, em itens como leite, farinha ou feijão.

Apesar de não terem o mesmo acesso ao pescado que os autônomos, os assalariados não estão excluídos dessas transações. É comum que pescadores autônomos apresentem os assalariados com pescado, havendo ainda outros meios de colaborar para que estes não se privem totalmente do consumo altamente valorizado de peixe.

Por exemplo, como aos assalariados não é permitido utilizar instrumentos de captura que porventura possuam, compadres ou vizinhos autônomos prestam-se a levar para o mar manzuás, caçoeiras, covos, entregando depois o pescado ao proprietário do instrumento que lhe havia sido confiado.

Quando um pescador recebe "peixe" de um companheiro, possivelmente não lhe retribua de imediato, mas certamente o fará comportando-se da mesma forma no caso do doador ou de outro pescador passar por crise semelhante à sua. Não percebe expectativa de retribuição imediata ou de igual valor tão somente, mas o grupo premia a prestimosidade com o rótulo extremamente valorizado de "bom companheiro":

"Tem o bom pescador e o bom companheiro. A senhora tem que fazer a diferença. Saiu lá pra fóra, é tudo uma coisa só. É tudo pescador".

"É, mas tem uns cara que não dão um peixe nem por dez, nem despeca um manzuá pr'um camarada. Esse um dia vai ficar na pior. Ninguém faz nada por ele".

Proprietários dos seus botes (mesmo enquanto membros de gru-

pos familiares), do seu trabalho, do seu peixe e sobretudo de si mesmos, tais atitudes e comportamentos se viabilizam, sendo elementos estruturais do que se considera "ser bom pescador" e "ser bom companheiro" na concepção local.

Outro aspecto revelador do fenômeno do 'fracasso' é o fato de que ele não ocorre entre pescadores assalariados. Parece-me apropriado interpretá-lo como incompatível com a organização da produção industrial capitalista. Como já disse, o essencial no 'fracasso' é a vivência de uma crise que implica na ausência da pesca e a relação de assalariamento não o conceberia senão mediante a legitimação médica perante a empresa, o que por sua vez pressuporia o reconhecimento do 'fracasso' como doença ou razão para absenteísmo pela medicina oficial.

Na pesca industrial, a formação dos grupos de trabalho, a organização das jornadas e a ordenação hierárquica das tripulações obedecem a princípios outros e ocorrem em ritmo diverso do contexto artesanal, implicando inclusive numa forma de moralidade que não comporta o 'fracasso'. No contexto autônomo, os "róis de pesca" têm o seu referencial hierárquico, a sua divisão de tarefas e os seus pactos de fidelidade, confiança e de honra, baseados em relações familiares e afetivas e em formas específicas de distribuição e utilização do espaço produtivo. Tal modo de ser se reproduz em práticas sociais geralmente orientadas para a solidariedade, pela independência e em fidelidade às normas do "rol de pesca" e à autoridade dos "mestres". A eles, enquanto detentores de amplo e tradicional conhecimento do mar e membros mais velhos das tripulações, cabem as decisões fundamentais à pesca como as rotas e a duração das jornadas de trabalho e sobretudo a manutenção do segredo que envolve o que se passa em mar alto na intimidade das tripulações afastadas da terra às vezes por períodos bastante prolongados, além de deter as informações interessantes sobre o mar e sobre a pesca.

Em conjuntura assim, em que a reciprocidade é a tônica das relações sociais e em que o conhecimento confere autoridade, o 'fracasso' se viabiliza em vista dos demais pactos e representações de que se compõem a vida e a pessoa do pescador.

NOTAS

- (1) Ver a excelente colocação das sociedades segundo a produção de valor de uso ou de valor de troca feita por Taussig (1982).
- (2) Usa-se o termo *ethos* à maneira de Bourdieu, 1979.
- (3) Em Ponta de Mato os pescadores dizem "sair" quando pessoas ou embarcações entram no mar e "entrar" ao referir-se à volta dos botes para a terra.

BIBLIOGRAFIA

- ACHESON, J. – Anthropology of Fishing, *Annual Review of Anthropology*, vol. 10, 1980.
- BOURDIEU, P. – O Desencantamento do Mundo, Col. Elos, Ed. Perspectiva, 1979.
- DIEGUES, A. C. Santana – Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática, S. Paulo, 1983.
- FARIS, J. – Primitive Accumulation in Small-Scale Fishing Communities in M.E. SMITH (ed), 1977.
- FAVRET-SAADA, J. – Les Mots, la Mort, les Sorts, Gallimard, 1979.
- JOHNSON, Twig – Work Together, Eat Together: conflict and conflict Management in a Portuguese fishing village, in R. ANDERSEN (ed), Mouton, 1972).
- JUNG, C. G. – Memórias, Sonhos, Reflexões, Ed. Nova Fronteira, 1986.
- KOTTAK, Conrad – Ecology, Behavior and the Spirit of Fishermen, mimeo, 1979.
- MAUS, Mareel. – The Gift, Norton Library, 1967.
- The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community, tese de doutorado, Ann Arbor, 1969.
- MALDONADO, S. C. – Pescadores do Mar, Ática, S. Paulo, 1986.
- TAUSSIG, M. – The Devil and Fetishism Commodity in South America, Univ. of Michigan Press. 1982.
- FAVARES, M.G.P. – Um Estudo de Tomada de Decisão na Pesca Artesanal, Brasília, UNB, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1974.

IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: HOMOGENEIDADE OU ALIANÇA?

Maura Penna

(professora do Departamento de Artes e
mestranda em Ciências Sociais - UFPb)

“Diz um provérbio de camponeses árabes: ‘Eu contra meu irmão; eu e meu irmão contra meu primo; eu, meu irmão e meu primo contra aquele que não pertence ao clã.’

. . . inimigos em um determinado nível precisam ser aliados num nível diferente. Um homem é, assim, forçado a ser simultaneamente inimigo e aliado de um só grupo de pessoas, e tais contradições são continuamente enfrentadas e temporariamente resolvidas através da ‘mistificação’ gerada pelo simbolismo.”

(Cohen, 1978:47)

As questões de identidade permeiam o campo de estudo dos movimentos sociais, na medida em que, com frequência, a mobilização de um grupo se vincula à construção de uma identidade comum. Antes de mais nada, é necessário explicitar o que se concebe por *identidade social*, o que não é tão óbvio nem tão fácil. Temos observado que, por vezes, a noção é praticamente transposta do senso-comum, havendo grande ambigüidade no uso do termo identidade (cf. Barbu, 1980 e Ruben, 1987). E, como já dizia Mauss, “não se deve tomar sem exame, como definição científica, uma clas-

sificação usual" (1981:24). Apresentaremos, portanto, algumas reflexões sobre as identidades sociais — especificamente em relação à organização de grupos —, na tentativa de contribuir com alguns elementos para o estudo dos movimentos sociais.

I — Construção simbólica, construção mental, a identidade é uma representação (1), e como tal não é *dada*, não se deduz da objetividade, não é "algo peculiar a um grupo social porque ele é naturalmente *assim*." (Brandão, 1986:110).

A trajetória de um determinado grupo que, por exemplo, migra da zona rural para compor a força de trabalho de uma fábrica não determina que seus membros se reconheçam como um grupo coeso diante do patrão. Se não atentarmos aos movimentos e aos momentos em que esse grupo se une e se organiza, em que se diferencia internamente ou estabelece uma representação de identidade comum, se deduzirmos definitivamente sua identidade do fato de que trabalham em uma fábrica como operários, então estaremos muito mais projetando a nossa representação sobre o grupo do que estudando a deles.

— Mas qual, então, a relação das representações de identidade com a "realidade" social?

Em primeiro lugar, não concebemos as idéias como situadas em uma instância específica e compartimentada da vida social: as idéias entrelaçam-na por toda parte, não apenas interpretando, mas também organizando todas as práticas sociais (cf. Godelier, 1981: 184, 187 ss.). No entanto, se o pensamento e as representações atuam na organização das práticas sociais — tendo assim uma ação estruturante —, são, ao mesmo tempo, estruturados socialmente, uma vez que os esquemas de pensamento têm sua origem na sociedade, sendo "constituídos no curso da história coletiva. . . [e] *adquiridos* no curso da história individual" (Bourdieu, 1979: 545). A atividade estruturante dos agentes não é totalmente livre nem puramente pessoal ou individualizada; para não alongar a discussão, simplesmente porque sua atuação não se dá em um vazio, mas num mundo social já simbolizado, um mundo em movimento, carregado de significações coletivamente estabelecidas.

Enfocada enquanto representação, a identidade é localizada como

uma construção do pensamento, sendo, em relação à complexidade do real, uma construção redutora, na qual estão envolvidos processos de simplificação e focalização, sofrendo direcionamentos dados pelos interesses, valores e referenciais diversos socialmente disponíveis (2). E vale ressaltar que estes referenciais são desigualmente disponíveis, conforme as posições sociais e as práticas desenvolvidas, de modo que as condições de construção das identidades e os elementos nela articulados estão vinculados intimamente às condições de existência, à cultura e às relações sociais em que o indivíduo ou o grupo se encontra inserido.

II — As identidades sociais podem ser tratadas como uma forma de classificação, delimitando grupos. Os esquemas classificatórios, por orientarem não apenas a apreensão do mundo como também a própria ação, são objeto de lutas pelo poder simbólico(3) de “impor a definição legítima das divisões do mundo social” (Bourdieu, 1980:65; cf. tb. 1979: 559).

Os esquemas classificatórios, socialmente produzidos e compartilhados, atuam como diretrizes do pensamento e da percepção do mundo social, direcionando, portanto, a construção das representações. Nesse sentido, Bourdieu recupera o conceito de “representação coletiva”(4) como “produto de um mesmo esquema de percepção ou de um sistema de classificação comum”, mas que não deixa, por isso, de ser objeto de usos sociais antagônicos (1979:560).

Orientando a percepção, os esquemas classificatórios têm o poder de “fazer ver e crer”: se há diferenças na realidade, há também semelhanças; os membros de um grupo têm características comuns, ao mesmo tempo em que têm outras distintivas; em termos de identidade, o elemento tanto de coesão quanto de diferenciação é construído, a depender do traço escolhido como critério — é a classificação que dá o recorte, promovendo o ordenamento (a delimitação de classes e sua relação) e a qualificação (os atributos de cada classe e sua valoração). Dessa forma, as lutas de classificações relativas a identidades são lutas por formas de reconhecimento, que envolvem não apenas a incorporação a uma classe, mas também o valor a ela atribuído, o conteúdo que lhe é dado. São lutas a nível da significação e da organização do mundo, pois as representa-

ções de identidade contribuem para fazer e desfazer os grupos, enquanto dependem, por outro lado, das relações de força que se estabelecem entre eles, nas práticas que cotidianamente os põem em contato e os confronta. Por conseguinte, as fronteiras de uma classe, mesmo as aparentemente mais formais, fixam um estado das lutas sociais, os sistemas de classificação funcionando como "instrumentos de poder, subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo" (Bourdieu, 1979: 556).

O tratamento da identidade como uma modalidade de classificação não permite esquecer os processos sociais mais amplos que dão a configuração de um determinado contexto social ao qual a ação individual ou de grupo é referida, ou, mais especificamente, os processos que estabelecem os esquemas de classificação dominantes e que constroem determinadas representações, e onde é relevante a atuação dos setores intelectuais, dos instrumentos legais, etc. — enfim, não permite esquecer a função política dos sistemas simbólicos.

III — A especificidade da representação de identidade se encontra no vínculo com o "jogo" de reconhecimento, que se dá em duas direções, nem sempre coincidentes, que se articulam dinamicamente. Também apontam problemas metodológicos, pois para cada uma delas os pesos da (auto-) representação e da objetividade são distintos.

O jogo de reconhecimento expressa e se origina em relações de poder: fazer-se reconhecer como, ou seja, rejeitar uma identidade atribuída ou legitimar uma certa identidade pretendida; atribuir identidades a, inclusive de divergência, etc. Desse modo, as questões de identidade envolvem duas direções, que configuram situações diferenciadas, embora interligadas: a do "interior" do grupo, relativa à auto-atribuição de identidade, ao auto-reconhecimento, e as classificações originadas na "exterioridade" do grupo, a identidade que lhe é atribuída de fora — o mesmo podendo ser colocado em relação ao indivíduo.

Pode-se supor que a meta das lutas de grupos em torno de identidades específicas é fazer coincidir as duas direções (o reconhecimento público com a identidade pretendida), não apenas em termos da classe na qual se inserem, da denominação que se atribuem, mas também quanto aos con-

teúdos/atributos básicos dessa classe (5), para tal recorrendo a “estratégias interessadas de manipulação simbólica que visam determinar a representação (mental) que os outros podem se fazer” (Bourdieu, 1980:65). Na atribuição de identidade a um grupo (na direção a partir de fora), asações, hábitos, bens de cada um são objeto de “representações (mentais)” dos outros, servindo ao outro, portanto, como referenciais para situá-lo no mundo social, para designá-lo a uma certa classe ou grupo, para identificá-lo, em suma (cf. Bourdieu, 1979:563-4) – o que indica, nesta direção, a importância das práticas sociais e culturais enquanto manifestações que podem ser valoradas e interpretadas diferentemente pelo próprio grupo e pelos vários outros setores com que entra em contato. Assim, na tentativa de controlar as representações (“teatrais”) liberadas e a forma de sua apreensão, ganham um lugar especial, na prática dos grupos que reivindicam o reconhecimento de uma identidade específica, a nomeação, o discurso, e as manifestações, assim como certos comportamentos e objetos (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) que pretendem carregar e projetar os sinais de identidade (cf. Bourdieu, 1980:65 e 67).

Para concluir, na busca por uma definição de identidade capaz de fundamentar positivamente estudos da questão em sociedades complexas, ao indagar o que diferencia a representação de identidade de outras representações do grupo (ou indivíduo) relativas a sua visão de mundo e sua cultura, é no reconhecimento que será encontrada a sua especificidade. Consideramos, portanto, que a identidade (social) expressa necessariamente e de modo explícito a problemática do reconhecimento social: formas de reconhecimento que envolvem disputas em torno de critérios de delimitação e qualificação de grupos (esquemas classificatórios e seus atributos) ou da pertinência de um indivíduo a ele, e que se encontram em movimento tanto a partir do interior do grupo em questão quanto a partir de outros grupos que lhe são exteriores, ou seja, da sociedade que o envolve. A disputa em torno de uma nomeação torna esses processos de reconhecimento mais claramente manifestos, mas não acreditamos ser conveniente adotá-la como critério exclusivo de definição.

IV – O momento de conflito, que é privilegiado como explicitação de posições ou interesses antagônicos, leva à construção de identidades como uma necessidade. As representações de identidade cum-

prem funções organizacionais, no grupo — demarcando seus limites (NÓS/ELES), estabelecendo uma “comunhão” por sobre possíveis elementos de ruptura —, criando simbolicamente uma unidade em torno de interesses (materiais e/ou simbólicos) ou mesmo de um projeto comum. A identidade não é homogeneidade; mas a luta em torno de uma mesma identidade expressa uma aliança diante de um adversário comum (cf. Rambaud, 1984:231).

É através do sentido que os indivíduos e os grupos dão “aos sistemas de classificação comuns pelo uso que fazem deles” que se estabelece o acordo tácito que baseia os procedimentos de exclusão e inclusão e pelo qual se definem como “nós” em relação a “eles”, aos “outros” (Bourdieu, 1979:557-8), o que permite, inclusive, o uso maleável das identidades. Entender a identidade como uma forma de classificação, que agrupa e distingue com base em um traço classificatório — que pode ser chamado de marca —, permite perceber a flexibilidade embutida no próprio processo, uma vez que a tomada de outro critério demarca novos limites e altera o referencial de reconhecimento. A diversidade de classificações possíveis dá margem para um uso maleável de identidades, de modo que pode se estabelecer uma certa hierarquia, articulando-as em identidades mais abrangentes, capazes de englobar outras mais exclusivas que, em outro nível, se oporiam entre si (cf. Penna, 1988:153, quanto à identidade nacional).

Se, em um dado momento e sob determinadas condições (por exemplo, ao curso de um enfrentamento com o patrão), o conjunto de trabalhadores de uma fábrica se reconhece como um grupo coeso diante do patrão, tendo, na sua posição nas relações de produção, o referencial para a construção de uma identidade comum de operário, isto não significa que todos são “idênticos”, que desapareceram as diferenciações internas — de sexo, de etnia, de religião, ou até mesmo de níveis de renda, etc. Neste determinado momento, elas foram relegadas a segundo plano, não estão “em foco”, não estão sendo utilizadas para estabelecer delimitações; em outras ocasiões podem se tornar, por uma série de fatores, marcas para a construção de identidades, fragmentando o grupo mais amplo.

Dessa forma, para que o prisma das identidades possa contribuir para o estudo dos movimentos sociais, temos que procurar os meios de acompa-

nhar a sua dinâmica, contra a tentação de “deduzir” a identidade do grupo (ou indivíduo) de sua objetividade, projetando a nossa própria representação sobre o grupo como sendo dele; ou, ainda, de considerar o grupo como “definitivamente constituído”, estável e homogêneo. Cabe procurar verificar em que momentos e por quais fatores uma certa identidade é “assumida”, quando a mobilização se dá em torno dela, como se estabelece por sobre outras possíveis fontes de diferenciação e se articula a outras formas de classificação e de reconhecimento. Pois, afinal, deve-se procurar “descrever o jogo no qual se produz esta representação”, seus fundamentos e efeitos sociais (Bourdieu, 1982: 145).

Nas sociedades industriais modernas – sociedades cuja visão de mundo é marcada pela noção de individualidade, que apenas nelas se configura plenamente (cf. Mauss, 1981:373 ss. e Dumont, 1985) – e especificamente na *urbis* moderna, o agente social tem um círculo de ação enormemente ampliado, no sentido de que cumpre múltiplas atividades, interagindo em vários grupos e espaços sociais. Assim, investe-se/reveste-se de múltiplas identidades sociais, reconhece-se e é reconhecido de diversas maneiras, que dizem respeito a diferentes facetas de sua experiência social. Nesse sentido, a interseção das diversas classes (de idade, de sexo, profissional, classe social, etc.) a que pertence define, *em um momento dado* do tempo, “sua identidade social” (Bourdieu, 1979:562) – que, portanto, não se reporta apenas a uma determinada classe, nem é evolutiva ou definitiva; é, sobretudo, múltipla e potencialmente dinâmica(6). O indivíduo pode, ainda, manter lutas de reconhecimento em diferentes frentes, correspondendo à participação em diversos grupos e a distintos alinhamentos (p. ex.: na associação profissional, no partido político, num grupo de mulheres), e às quais procura dar um sentido pessoal coerente.

Assim, uma vez que, no interior dos grupos que se mobilizam em torno de uma identidade específica, a interseção dos diversos “pertencimentos” a classes pode se apresentar distinta para cada membro, torna-se ainda mais evidente que uma representação de identidade coletiva não significa a homogeneidade interna do grupo: uma identidade comum dialeticamente expressa e organiza uma aliança, estrutura e é estruturada pela dinâmica social das relações de poder.

V – Se a identidade é “este ser-percebido [*être-perçu*] que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” (Bourdieu, 1980: 66-7), o estabelecimento de uma identidade comum, com certos conteúdos, envolve disputas no interior do grupo, pois a representação construída relega e mascara as diferenciações internas. Isto coloca a necessidade metodológica – para que a complexidade do processo não seja reduzida – de procurar apreender conjuntamente os fatores objetivos e subjetivos, em sua articulação.

Se as identidades são o próprio reconhecimento social da diferença (cf. Brandão, 1986:42 e Bourdieu, 1980: 67 e 71), as marcas da diferença são o eixo da construção de identidade que torna o grupo socialmente “visível”. Podendo ser expressas no nome e no discurso tanto quanto em atos e coisas, transmitem, no jogo de reconhecimento, uma representação (simbolicamente) homogeneizada do grupo. A construção de uma identidade coletiva, significativa para a organização do grupo enquanto portadora de suas reivindicações de reconhecimento, implica em um processo de re-apresentação – no duplo sentido de construção de uma “imagem” a ser lançada para fora e de uma representatividade de caráter político perante a sociedade mais ampla e suas instituições –, o que sem dúvida encobre diferenciações internas, variações individuais, etc. Já que qualquer representação é elaborada sobre elementos selecionados, o processo de construção de uma identidade revelará tensões dentro do grupo – tendências das vanguardas, a existência de setores internamente dominados, etc. – e entre o grupo e a sociedade que o envolve – traços mais aceitáveis ou valorizados, mais adequados para o enfrentamento com certas instituições, etc. (7).

Os complexos processos de adoção de uma identidade perpassam os próprios processos de constituição do grupo. Isto é mais evidente nos casos em que o discurso de identidade praticamente precede a organização ou mobilização de um grupo, “a representação de sua existência e de sua unidade” se impondo, pouco a pouco, “tanto a seus próprios membros quanto aos outros grupos” (Bourdieu, 1979:560) – é o caso, por exemplo, de novas categorias profissionais. A eficácia do discurso que anuncia ao grupo sua identidade é, por um lado, proporcional à autoridade de quem o anuncia, mas depende também do grau em que

está fundamentado na objetividade do grupo a que se dirige.

As relações e tensões internas – especialmente entre as lideranças e os demais membros do grupo – explicitam o caráter construído da identidade enquanto aliança e, ainda, a problemática decorrente da adoção – por um grupo que, de fato, nunca é homogêneo – de uma identidade que, enquanto representação, reduz e homogeneiza. A complexidade das questões de identidade nos movimentos sociais impõem, como diretriz metodológica, a necessidade de procurar apreender simultaneamente os níveis objetivo e subjetivo, para que um não seja reduzido ao outro: como propõe Bourdieu (1980), “tomar em conjunto o que age junto na realidade”, as estruturas “objetivas” e, ao mesmo tempo, as relações com elas e as representações. Examinar simultaneamente, portanto:

1. a) as classificações objetivas, isto é, incorporadas ou objetivadas (por ex.: instituídas juridicamente).
b) e as relações práticas (ação ou representação) com essas classificações, particularmente as estratégias coletivas para controlá-las ou transformá-las;
2. a) as relações de forças objetivas, materiais e simbólicas,
b) e os esquemas práticos pelos quais os agentes classificam e avaliam os outros nessas relações e as estratégias simbólicas de apresentação de si que eles opõem às classificações e representações que os outros lhes impõem. (p. 67-9).

Em suma, as complexas relações – estruturantes e estruturadas – que interligam a “realidade” e as representações apontam, para as ciências sociais, a necessidade de ultrapassar as interpretações parciais que não permitem “apreender a lógica específica do mundo social, esta ‘realidade’ que é o lugar de uma luta permanente para *definir* a ‘realidade’.” (Bourdieu, 1980: 67).

NOTAS

- (1) – O tratamento da identidade como representação é encontrado em Cardoso de Oliveira (1976, 1980), Benoist (1981), Brandão (1985) e Bourdieu (1979, 1980, 1982), entre outros.
- (2) – Nesse sentido, contribuições da Psicologia Social a respeito de repre-

- sentações sociais podem ser relevantes. Para uma visão geral, cf. Vala (1986).
- (3) – Para a explicitação do conceito de poder simbólico, cf. Bourdieu (1977).
- (4) – Para o conceito de “representação coletiva” na Escola Francesa de Sociologia, ver Durkheim e Mauss – “Algumas Formas Primitivas de Classificação – Contribuição para o Estudo das Representações Coletivas”. In: Mauss (1981).
- (5) – A importância, para o grupo, de se fazer reconhecer do modo pretendido reside no fato de que a identidade “é também uma categoria estratégica de articulação de relações entre sujeitos e grupos desiguais” (Brandão, 1986:125).
- (6) – Assim, não se pode pensar em *a identidade social* (enquanto única e central) senão de um modo extremamente efêmero, e como resultante das diversas identidades sociais (expressas em títulos, nomes, etc.) movimentadas pelo indivíduo. Por isso, preferimos pensar sempre em *identidades sociais*.
- (7) – Ver, por exemplo, a análise de Perlongher (1987) sobre o movimento homossexual no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARBU, Zevedei – “O Conceito de Identidade na Encruzilhada”, *Anuário Antropológico* 78, pp. 293-307.
- BENOIST, Jean-Marie – “Facetas de la Identidad”, In: Lévi-Strauss (Org.) 1981 – *La Identidad*, Barcelona: Ediciones Petrel.
- BOURDIEU, Pierre – “Sur le Pouvoir Symbolique”, *Annales: économies sociétés, civilisations*, vol. 32, n^o. 3, mai-jun, pp. 405-11.
- 1979 – *La Distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Editions de Minuit.
- 1980 – “L’Identité et la Représentation: éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o. 35, pp. 63-72.

- 1982 – “La Force de la Représentation”, In: *Ce que Parler Veut Dire*, Paris, Fayard.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues – *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, S. Paulo, Ed. Brasiliense.
- 1986
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto – *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Ed. Pioneira.
- 1976
- 1980 – “Identidade e Estrutura Social”, *Anuário Antropológico*, 78, pp. 243-63.
- COHEN, Abner – *O Homem Bidimensiopal: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*, Rio, Zahar,
- 1978
- DUMONT, Louis – *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da Ideologia moderna*, Rio, Ed. Rocco.
- 1985
- GODELIER, Maurice – *Godelier: antropologia*, S. Paulo, Ed. Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).
- 1981
- MAUSS, Marcel – *Ensaio de Sociologia*, S. Paulo; Ed. Perspectiva,
- 1981
- PENNA, Maura – “O que faz ser Nordeste: uma contribuição ao estudo das identidades sociais”, In: *VVAA, Seminário Nordeste O que há de Novo?*, Natal, MCS/UFRN, pp. 150-163.
- 1988
- PERLONGHER, Nestor – “O Michê é Homossexual? ou: A Política da Identidade”. In: *Tronca, Italo A. (Org.) – Foucault Vivo*, Campinas, Editora Pontes, pp. 67-79.
- 1987
- RAMBAUD, Hacide – “Os Agricultores Poloneses em Luta pela Sua Identidade”, In *Drabik, Grazyna e Fernandes, Rubem Cesar (org.), Polônia: o Partido, a Igreja, o Solidariedade*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero / Iser.
- 1984
- RUBEN, Guilherme Raul – “Notas Críticas sobre a Teoria da Identidade”, Unicamp, mimeo.
- 1987
- VALA, Jorge – “Sobre as Representações Sociais – Para uma Epistemologia do Senso Comum”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º. 4, (Porto/Portugal), pp. 5-30.
- 1986

ERAMOS COMO DINOSAURIOS

Marianne Enckell (*)

Artigo reproduzido da Revista COMUNIDAD
N.º 65 – Estocolmo – Montevideo – Ago/Set-88

AQUELLA NOCHE mientras preparábamos la comida, ya hace diez años, Ana me inquirió:

– Cuéntame sobre Mayo del 68, yo apenas estaba en la escuela primaria.

– Sabes: éramos como dinosaurios. Los últimos sobrevivientes del viejo mundo: habíamos alterado los comportamientos y olvidado cosas esenciales. No fue sino mucho después cuando yo leí ese grito de algunas mujeres parisinas: “¡Hace quince días que hay revolución y todavía no se ha hablado de las mujeres!”.

Esto era antes Ana, tú no conociste el tiempo en que las estudiantes no podían usar pantalones, en que se cuchicheaba el nombre de las píldoras y el de los farmacéuticos comprensivos. Lo que parecía increíblemente nuevo y atrevido hace veinte años, parece hoy muy inocente.

Para los anarquistas, no era tan nuevo ni tan atrevido, era el sueño hecho realidad. ¡Qué impresión de libertad y de creatividad, qué linda manera de poner en crisis la autoridad en todas sus formas! ¡Qué capacidad de autonomía, de autoorganización!

★ *Marianne Enckell es suiza, con un origen y una vocación cosmopolita. Entre otras cosas es parte de la redacción de la revista Volontá (Milán), redactora de la editorial Noire de Suiza y trabaja en el Centre International de Recherche sur l'Anarchisme (CIRA) en Ginebra.*

El presente artículo es su ponencia al encuentro "Anarchica" que tuvo lugar en Lyon en octubre de 1987.

Claude Lefort, analizando en junio el movimiento aún caliente, le dió una dimensión histórica escribiendo en pasado. "Ellos se divertieron, fuera de las organizaciones donde uno se aburre, pero la partida ya era política. Nada de programas, de perspectiva, de objetivo, en el sentido en que se entienden estos términos en un partido, sino la idea de que, por la acción directa, por la provocación (...) era posible forzar un pasaje o aflojar un tornillo, (...) o abrir una brecha (...) Ellos ponían la institución fuera de funcionamiento, la autoridad fuera de ejercicio, ellos se instalaban en la ilegalidad, a sabiendas de todos, contando con el apoyo de las masas para poner en jaque la represión en modo tal que la ley misma se volvía dudosa" 1.

Porque cada uno era fuerte y autónomo, y todos sentían que había que hacer las cosas juntos, que aquello marchaba sin jefes y sin doctrina. Terminados los discursos sobre la clase revolucionaria, sobre el poder por tomar, sobre las etapas necesarias. Terminados los llamamientos a las masas: nosotros que nos habíamos creído la vanguardia, estábamos avergonzados de ver cuántos muchedumbres iban más lejos, más rápido. Terminados los simulacros de democracia: Daniel Cohn-Bendit – citado por Lefort² – decía: yo no soy delegado de nadie, yo no hablo en nombre de un movimiento, lo que yo afirmo creo que es lo que piensa la masa del movimiento.

(Una vez más los marxistas no habían entendido nada, enseguida volvieron a formar grupúsculos los cuales bautizaban organizaciones, arastraban las fábricas, decidían las prioridades históricas, contaban los votos...)

El movimiento ya se había reducido mucho a siglas y había vuelto al lenguaje fósil cuando luchas calificadas como "periféricas" aparecieron a la luz del día: las mujeres, los homosexuales, las comunidades.

Algunos y algunas en efecto seguían creyendo en lo que se decía, en lo que se vivía en mayo del 68: el "todo es posible", el "todo inmediatamente", el movimiento sin programas ni estatutos, la confianza en la creatividad de cada uno.

Habíamos oído también lo que decían las mujeres americanas, como los estudiantes de Europa habían oído a sus camaradas de Berkeley y de Berlín. También habíamos oído a las mujeres del tercer y del cuarto mundo, las argelinas obligadas a ponerse de nuevo el velo una vez conseguida la liberación nacional, la clitoritomia, la violación doméstica... y fue entonces cuando aquello comenzó.

Sin duda el Movimiento de las mujeres en sus inicios sostenía una especie de doble discurso, desdoblado los valores: por un lado la explo-

tación de las mujeres proletarias, y por otro la opresión de todas, con nuestros problemas, nuestros deseos de mujeres de treinta años.

Había principalmente imaginación en la acción inmediata, risa hasta la grosería (a cada uno su turno), nuevo colorido en la militancia gris. La burla alcanzaba en especial a aquellos de nuestro sector: en la manifestación del 1º de mayo invocábamos el “materialismo histérico”, y fue contra las feministas oficiales que se hizo la película “Miso y Mao” (Miso-gyna + Masochiste).

Había en el núcleo de todo el movimiento oposición a la jerarquía y a la dominación: ya que el concepto de opresión era más concreto que el de explotación y constatábamos fácilmente la cadena del patrón que explota a su obrero, el cual agrede a su mujer, y pega a sus niños. Hubo durante un buen tiempo una viva oposición a la política: partidos y sindicatos de porquería, no solo porque no nos escuchaban sino porque eran organizaciones separadas donde la vida no tenía ningún lugar.

La noción de movimiento de las mujeres era nuestro orgullo.

“El movimiento de las mujeres nació sin tener programa y frente al poco entusiasmo con que se nos recibía, la afirmación de nuestra realidad ha tenido siempre tanta importancia como nuestros motivos de lucha”, escribe Geneviève Fraisse³.

No luchábamos por los demás ni para construir las condiciones objetivas necesarias a la edificación de una organización: nosotras vivíamos la revuelta y la creación, íbamos a las calles más por hacernos ver que para reivindicar. “Decir movimiento y no organización implica necesariamente, donde quiera que se esté en el movimiento, un reconocimiento en grados diferentes, de una libertad de estructuras. No se adhiere a un movimiento como a un partido, y continúo creyendo que una mujer que se rebele, aquí o en otro lugar, se reencuentra feminista, y que ser feminista es participar en el movimiento de las mujeres. Para ello basta con no dejarse penetrar por las imágenes de los medios masivos de comunicación”.⁴

EL AMOR A LA LIBERTAD

En esta revuelta, en la afirmación de nosotras como mujeres, en la abundancia creativa que se produjo durante los primeros años del movimiento, la libertad del amor tomaba evidentemente un gran lugar, corolario necesario de nuestro amor por la libertad. Una mujer libre – nuestras mamás nos habían puesto en guardia contra lo que eso significaba como amenaza – ¿cómo se comporta?

Nosotros sabíamos bien que no estábamos emancipadas, que había

un largo camino por recorrer, quizás tanto más cuanto que conocíamos la píldora milagro, cuanto nuestros amiguitos nos tenían por más libres que liberadas, cuanto Marcuse, Reich, Cooper y Laing nos habían hecho ver los bloqueos, las corazas con las cuales no hay liberación posible.

Pero no era suficiente que en las ciudades universitarias los pisos de los muchachos y los de las chicas no estuvieran separados. Nosotras habíamos intentado de buena gana y abrir nuestras camas, ligar y jugar el juego, pero nos encontrábamos un poco confundidas, un poco solas.

He aquí que podíamos hablar de ello, y que ya no éramos las únicas, no éramos ya anormales, deficientes, frías. “Mal jodidas, sí, pero ¿por quién?”, nos atraviábamos a decirnos.

La liberación de los deseos, había sido desde hacía un tiempo la liberación de los deseos de los hombres, puesto que no otras ya no corríamos el riesgo de quedar embarazadas – me dices. Una vez más era nuestra culpa, era todo lo que tenías que saber. La liberación de los deseos para los homosexuales, hombres y mujeres, pasó por la afirmación, incluso por el totalitarismo: las mujeres más liberadas, más adictas al movimiento, no podían ser sino las lesbianas. El movimiento por momentos no escapó a las conductas dominantes: la homosexualidad, los vestidos hindúes, la ternura manifiesta excluyendo a algunas; pero era para encontrar muy pronto la diversidad – que no fue sino que una tenía senos y el otro no.

Los hombres tuvieron que abrir bien los ojos. Superando sus temores (“pero, ¿qué es lo que ellas pueden decir de nosotros?”) ellos dieron pequeños pasos, se atrevieron a ocuparse de los niños, dejaron de sonrojarse cuando hablábamos de nuestras menstruaciones y de nuestro placer, comenzaron a aceptar nuestro “juntos somos fuertes”, “**paura non abiamo**”.

¿Y la revolución social? Se hace con los cuerpos, las tetas y los culos, con los adoquines y las fregonas, en la calle y en las alcobas, con personas autónomas.

Es quizás esto lo que ha sido más difícil, para los unos como para las otras. En el movimiento y sus alrededores, la política muy pronto ha vuelto a toda marcha.

POLÍTICA Y ORGANIZACIÓN

En su texto sobre el anarquismo, presentado en el coloquio de 1984 en Venecia, Rudoli de Jong habla con toda razón de los “comienzos espléndidos de las revoluciones”,⁵ cuando todo es posible, nadie es excluido, el poder es transparente, las iniciativas encuentran el favor de todos. Es después cuando eso se echa a perder, que el futuro desafina.

“El movimiento de las mujeres, son mujeres en movimiento, se dice; ¿pero cómo funciona eso?

El rechazo de las estructuras, es también dejarse tomar entre la inventiva de los colores (como imagen literaria: el color de los slogans y la vida de las manifestaciones) y la eventualidad del terrorismo (circuitos de decisión ocultos por no tener garantía institucional, las Asambleas generales siempre han encubierto mal las redes de influencia). La libertad de las estructuras supone un cierto desorden pero no aniquila la política clásica que nos llama al orden o nos acecha en nuestro desorden mismo: la invención se vuelve tradición e inversamente”.⁶

Muchas mujeres activas nunca habían manifestado antes ni formado parte de un grupo, no tenían historia militante. El movimiento reinventó la espontaneidad; la asamblea general era convocada de una vez para la próxima por aquellas que lo querían, presidida de la misma manera; el orden del día se llenaba de vez en vez, los grupos se creaban y se disolvían, más o menos abiertos. “¿Pero quién decide entre ustedes?” preguntaba la juez de instrucción que nos había inculcado por haber ocupado unos locales: todos, señora, y nadie.

O casi. Yo he tomado seguramente gran número de decisiones y me he opuesto a otros tantos. La organización sin duda es necesaria en vísperas de la revolución, en vísperas del gran desbarajuste. Antes de esto es a menudo, una cuestión que se plantea cuando no se tiene nada más que hacer, para disfrazar una actividad masturbatoria, y generalmente no se sale de viejos esquemas aislados. En período prerevolucionario, ¿qué es organizarse sino afirmar cada vez más la propia libertad, la propia crítica, la propia autonomía? Cuando no hay obediencia, no puede haber ni patrones ni patronas. Cuando el movimiento encuentra su objetivo en sí mismo, no hay poder que tomar.

Si se lo hubiéramos preguntado, la mayoría de las mujeres del movimiento habrían estado de acuerdo con la definición que sigue, aproximadamente: “Una organización revolucionaria rechaza toda reproducción en ella de las condiciones jerárquicas del mundo dominante. El único límite de la participación en su democracia total es el reconocimiento y la autoapropiación por todos sus miembros de la coherencia de su crítica; esta coherencia debe estar en la teoría crítica propiamente dicha, y en la relación entre esta teoría y la actividad práctica (...)

La categoría de la totalidad siendo el juicio último de la organización revolucionaria moderna, es finalmente una crítica de la política. Debe apuntar explícitamente, en su victoria, a su propio fin como organización separada”.⁷

Pero la política, decía, ha vuelto a toda marcha, bajo dos formas:

En primer lugar, cuando se hablaba de las "otras" mujeres, las explotadas, las madres de familias numerosas, las que venían de lejos porque el perejil no las había ayudado a abortar.

Era necesario encontrar mediaciones para reivindicar guarderías, policlínicas, seguros, la despenalización del aborto. En algunos casos las mujeres del movimiento han creado guarderías, atención médica, seguros, pero tarde o temprano han reclamado la ayuda del Estado, su reconocimiento como institución (es en esta línea como se inscribe la aberración del discurso sobre el salario doméstico).

La otra forma ha sido más insidiosa porque ha ocurrido dentro del movimiento, Los grupúsculos que entonces todavía eran florecientes, habían intentado al principio patrocinarnos; volvieron a la carga cuando encontraron una nueva explicación de la relación entre masas y vanguardia, cuando se dieron cuenta que sin nosotras sus tropas se debilitaban. "Útiles a la sombra de las luchas, nos encontrábamos en el corazón del combate".⁸ Frente a esto, algunas expresaron el deseo de ver al movimiento mismo tomar forma política.

En Ginebra habíamos ocupado unos locales para obtener una forma de reconocimiento oficial; luego de tres meses los bulldozers del poder vinieron a demolérmolos. "El Poder puede cantar victoria, por desgracia: no tanto por haber conseguido "evacuar los lugares" (pobre victoria) como por haber sabido anestesiar nuestra fuerza creadora, nuestra unidad, nuestra alegría (...) El movimiento está dándose una existencia mágica: pintando su nombre sobre las paredes, como si, en vez de dar miedo; eso no diera más que motivos de queja a las fuerzas de represión; dejándose caer en la trampa del Comité de Apoyo, como si tuviéramos necesidad de declaraciones de intención a nuestro favor de las organizaciones - partidos, sindicatos, grupúsculos (...) El movimiento de las mujeres, si ha actuado como revelador, fue por haber sido una ola de fondo, un tormento de las vísceras.

Un cuestionamiento fundamental - ¿cuántas veces lo hemos dicho? - de la relación entre hombres y mujeres, entre lo privado y lo político. ¿Y nosotras querriamos ahora un apoyo político en el sentido más trivial? Es demostración de mucha liviandad".⁹

?POVENIR QUE CANTA O QUE DESENCANTA?

Este retorno a la política no se debía (o no solamente) a la "tiranía de la ausencia de estructuras", como lo había hecho creer un folleto americano muy difundido en aquellos años. La política está en nuestras cabezas. El Estado-papá-mamá nos acecha, es de esto que hay que liberarse: si

bien el movimiento de las mujeres lo ha comprendido, no ha sabido mantener el rumbo hasta el final.

Ha tenido sin duda efectos profundos sobre las mentalidades y los comportamientos. Ha permitido que se hablara en voz alta de cuestiones telúricas como las relaciones entre hombres y mujeres, y de cuestiones triviales como nuestros culos, nuestras menstruaciones, los culos de nuestros muchachos.

Pero también se ha dado un rebote: hoy decir "no soy feminista" significa no soy lesbiana, ni "sabionda", ni andrógino; y más: como decir "no soy anarquista" implica no solo "no tiro bombas" sino principalmente "tengo miedo de ir hasta el fondo, no oso imaginar como sería sin gobierno, sin leyes, sin policías, sin dinero..."

Cierto que el movimiento de las mujeres toma forma con esencias diferentes. La vida continúa.

Pero la decrepitud temporal aumenta sin cesar: el ejemplo del movimiento ecologista, desde los diputados verdes a la "ecología profunda" y a la Nueva Era, tiene muchas analogías. Mientras subsista el amor por la libertad, a mi parecer, esta decrepitud no amenaza. Era una hermosa historia, Ana, y contarla me pone nostálgica; y al mismo tiempo me convence de que las formas pueden cambiar, pero el sentido continúa.

"Después las mujeres entraron bajo la tierra y no se sabe más nada de ellas, sino que se establecieron definitivamente en el gran País de las Mujeres, situado muy lejos hacia el este". (leyenda Arunta).

RESENHAS

A TRADIÇÃO RESTAURADA

AQUINO, Aécio Villar de. **Filipéia, Frederica, Paraíba: Os cem primeiros anos de vida social de uma cidade.** João Pessoa, Editora Universitária, UFPb, 1988.

Francisco Foot Hardman (*)

Obra embasada em pesquisa original do Autor, revelando amplo domínio de fontes historiográficas especializadas, tem por objeto o período de formação social do sítio urbano que redundaria na futura capital da Paraíba.

O ensaio combina erudição no tratamento do tema com uma linguagem clara e fluente, sendo estruturado de forma ao mesmo tempo sólida e concisa, com pleno equilíbrio entre o discurso argumentativo e os materiais empíricos recuperados ao longo do texto.

Nele, o autor desenvolve um tipo de análise cujo enfoque se vale tanto de elementos da história social e econômica do Brasil-Colônia, quanto da antropologia cultural e do que se poderia considerar como uma forma de arqueo-etnografia, ao desvendar aspectos do passado de culturas indígenas hoje praticamente extintas.

Seu método historiográfico é tradicional no bom sentido, isto é, sem ser tradicionalista, recuperando a narrativa como gênero clássico do discurso histórico, e traçando com habilidade um recorte regional/Municipal da Colônia brasileira que circunscreve o específico sem prejuízo das determinações gerais, mas, ao contrário disso, iluminando-as.

Vale lembrar que a tendência à história narrativa de processos sociais, bem como as histórias de regiões e/ou cidades, têm sido recuperadas com muita ênfase em centros de pesquisa europeus e latinoamericanos.

(*) Professor do Dept^o de Teoria Literária da UNICAMP.

Não será preciso insistir nas qualidades do autor como pesquisador original. Sua rica e vasta produção sobre a constituição étnico-histórica da região nordestina é hoje passagem obrigatória para estudiosos que ingressem no tema. Ressalte-se, apenas, além de tantos artigos sobre a cultura material do NE, a obra **Nordeste Século XIX** (Edit. Universitária UFPb, 1980), hoje reclamando reedição urgente.

Os índios, negros e brancos que constituíram a sociedade paraibana em seus primórdios renasceram nas páginas valiosas produzidas pelo Prof. Villar de Aquino. Não temos nenhuma garantia de que nossa vida contemporânea seja restaurada por alguma voz solitária daqui a três séculos; realisticamente falando, ao depararmos com a barbárie que hoje atinge o coração da natureza e da sociedade, diríamos que as chances de que tal ocorra são, na melhor das hipóteses, mínimas; nem mesmo a certeza de uma pegada de dinossauro podemos dispor, no momento, como marca de nossa cultura em extinção.

O autor rastreou algumas dessas pegadas de uma sociedade e de culturas hoje desaparecidas, junto com as gerações que as promoveram. Ao fugir dos modismos teóricos em voga, ao defender um estilo de pensamento e de investigação contra tendências talvez mais espetaculares mas igualmente efêmeras, o autor fornece-nos, também, uma lição corajosa de humildade. Talvez uma das primeiras e mais difíceis lições para o desavisado "cientista social".

Texto escrito com simplicidade e despojamento, mas denso em conhecimentos novos e estimulantes. Os estudos nordestinos saem enriquecidos com sua publicação.

DOMINAÇÃO FABRIL E IDENTIDADE OPERÁRIA

LOPES, José Sergio Leite.

A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés" - São Paulo Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília em coedição com o MTC/CNPq, 1988, 623 p.

Jacob Carlos Lima*

Originalmente tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), o Livro de José Sérgio Leite Lopes é o resultado de anos de pesquisa sobre a forma de dominação representada pela fábrica com Vila Operária.

Trabalho que extrapola os limites das diversas ciências sociais mesclando etnografia e historiografia social, reconstrói, de forma detalhada, a "autoconstrução" de uma identidade operária entre os trabalhadores da Cia. Têxtil Paulista, situada no município do mesmo nome, em Pernambuco, cuja dominação se estende extra-fábrica pelo controle sobre a vida dos trabalhadores representada pela vila operária, e também o domínio político sobre o município a que termina por dar origem.

O caráter autárquico da fábrica, que o autor denomina de "sistema paulista" abarcava desde a formação propriamente dita da força de trabalho por ele utilizada, através de aliciamento de trabalhadores no interior de Pernambuco e Paraíba, passando pelos "rituais" de seleção feitos pelo "dono da fábrica" o Coronel Frederico, a "teatralização da dominação" que a acompanha, representada por diversas histórias de operários ou fa-

* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da UFPb.

mílias operárias — a escolha do trabalhador pela aparência das mãos (para ver se ele tinha vontade de trabalhar de fato) as mudanças de função na fábrica, além da resolução de diversas questões diretamente com o coronel (que terminaram por “legitimar” essa dominação frente a momentos posteriores de mudança no “sistema”. O “trabalho para todos” característico da primeira fase da companhia garantia, por parte desta, as condições materiais de existência dos trabalhadores, além do pleno emprego, não apenas na parte fabril mas também em suas terras, reservas de madeira, etc. O fornecimento de roçados e “sítios” às famílias operárias, o controle sobre o preço dos alimentos nas “feiras” (inexiste o barracão da companhia), o fornecimento de casas e móveis (cobrados a posteriori), a madeira para cozinhar, garantem a reprodução da força-de-trabalho, permitindo a manutenção de baixíssimos salários, motivos de brigas intra-burguesas com os industriais do sul que reclamam da “super-exploração” do trabalhador nordestino, sem contudo descobrirem o “segredo” da manutenção desses trabalhadores.

Esse conjunto de fatores garantia a imobilização da força-de-trabalho, sempre à disposição da companhia, que a utilizava segundo seus interesses, além de aparecer como grande benfeitora junto a órgãos de imprensa e ao governo estadual.

Por outro lado possibilitou o surgimento de uma cultura operária, dada pelas pequenas lutas cotidianas de resistência à dominação, à arbitrariedade do corpo armado de vigias, dos mestres e contra-mestres que, de espontâneas e individuais passam para o associativismo sindical, e o enfrentamento com a fábrica que combate ferozmente as tentativas de organização dos trabalhadores.

A atividade sindical dos trabalhadores desnuda a dominação fabril, transforma-se em fissuras na estrutura do “sistema paulista”, combatido com êxito em diversos momentos em função de conjunturas políticas favoráveis. Nesse ponto temos a atuação da fábrica e dos trabalhadores no contexto da revolução de 30, da regulamentação da atividade sindical e o surgimento das leis trabalhistas, e o poder político exercido pela fábrica, que desobedece sistematicamente a legislação, acobertada por um Ministério do Trabalho dúbio em suas decisões, e o surgimento de conflitos, com o interventor federal. As derrotas operárias representadas por intervenções no sindicato, criação de sindicato pelego, adia mas não elimina a crescente

combatividade dos trabalhadores, que ressurgiu com força no final da década de 40.

Nesse momento assiste-se também a modificações no caráter autárquico da fábrica, com demissões em massa de trabalhadores com a introdução de mudanças técnicas no processo de trabalho, a eliminação do roçado e outros serviços prestados pela fábrica e a concorrência "assistencial" do sindicato. O movimento sindical por sua vez irá refletir a construção de uma consciência de classe desses trabalhadores e o enfraquecimento progressivo da dominação dos Lundgrens em seu "feudo", situação que aparece na fala dos trabalhadores com certa nostalgia do período anterior (até os anos 40), e momentos favoráveis à luta operária como no 2o. governo de Getúlio e o período a partir de Juscelino, até o golpe militar.

A partir de Paulista, Leite Lopes, reconstrói o movimento operário em Pernambuco, a atuação do PC e de outros partidos, privilegiando a efetiva ação operária, ao contrário de estudos operários onde o movimento operário confunde-se com o movimento sindical ou mesmo com a atuação do partido.

O livro termina com a situação pós-64, a industrialização via SUDENE, a repressão, e o final da vila operária como forma específica de dominação, o Estado assumindo, ou melhor desonerando o capital no referente à reprodução da força de trabalho, a conquista da cidade pelos trabalhadores, o final da estabilidade do emprego e o surgimento de novas fábricas e novos segmentos.

Desnecessário dizer da importância do Livro para a compreensão da questão operária no Brasil e no Nordeste, assim como do sistema fábrica-vila operária. Entre os inúmeros méritos do trabalho, está o de captar as inúmeras dimensões do processo de formação desse operariado, o autofazer-se da classe operária (Thompson), que passa não apenas por suas instâncias representativas, mas pelo cotidiano fabril e extra-fabril, o enfrentamento com as macro e micro-situações da existência na busca da dignidade dos trabalhadores enquanto indivíduos.

Trabalho de fôlego, que exige do leitor outro tanto para apanhá-lo em suas 623 páginas (incluindo anexos e bibliografia). Não que seja leitura difícil, complicada, mas pelo nível de detalhamento, pela utilização retomada de depoimentos operários, analisados de forma distinta, que em alguns momentos soam como repetições. Outro dado diz respeito a alguns capítu-

los extremamente longos, que não permitem ao leitor uma pausa para retomar o fôlego. Detalhes insignificantes frente à riqueza do trabalho.

João Pessoa, fevereiro, 1989

O DOM DE DESILUDIR

(Em torno de "O Corpo Falado", de Antônio Fausto Neto)

Paulo de Tarso Cabral Medeiros
Professor do Departamento de
Ciências Sociais da UFPb

"em cada signo dorme um monstro: o esteriótipo"

Barthes

NO CORAÇÃO DA RECEPÇÃO

Não temos tempo de temer a morte. E nem sempre disposição para estarmos atentos e fortes. Os semanários de informação que visam passar em revista a "atualidade" encontram, via de regra, no outro lado da ponta, um leitor já combalido, fatigado, dada à mutilação do corpo submetido ao trabalho automático, à percepção subjugada a "chocs" diários que cabe à consciência aparar, e à sensibilidade embotada pelo massacre das informações incessantemente, bombardeadas e descoladas da experiência mais vital de cada um (quem lê tanta notícia?

Consumidor distraído, o leitor moderno conforma sua necessidade de descanso e de informação à diagramação da notícia breve e veloz e acomoda-se à superficialidade e à banalização da vida oferecida pelos discursos jornalísticos incansavelmente atrás do "novo" Economia de energia do corpo, economia da leitura resumindo "fatos", esta "adequação" entre produtores de notícias e leitores receosos de perderem "o que se

passa no mundo" engendra uma relação necessariamente semidistraída, o tempo da leitura ritmado pela velocidade e fragmentação contemporânea imprimindo novos automatismos ao tempo livre. Fragilidade de nossa porção "kid supérflua" por onde permitimos a incorporação de discursos e leituras que possam de reveladoras do real. Este real que, mutilado, mal discernimos por entre a infinidades de malhas discursivas que invadem nossos olhos e ouvidos a toda hora e em todo canto.

Esta espécie de resignação, de impotência diante da multiplicidade e da atomização do corpo, do cotidiano e da informação, tendem a fazer da leitura de jornais, periódicos, um ato de "adesão" à linguagem que instrumentaliza e constrói tanto a noção de real quanto de atualidade das coisas. Brecha desprevenida, essa forma de fé na fala do "outro sujeito suposto saber" que é o jornalista, dá-se de bandeja como crença na engenharia operatória dos discursos ditos informativos que nos envolvem.

De qualquer modo, a leitura ainda é algo que guarda certa autonomia em relação a outros meios mais imediatamente poderosos de comunicação, e de persuasão, como é o caso da televisão — que não dá muitas margens de resposta ou reação do lado de cá.

No mínimo, podemos dispensar de participar deste festival de banalização da vida, dos acontecimentos e dos reinos fantasiosos do poder, seja o das cortes festivas brasilienses, seja o dos ídolos perfilados nas passarelas de neon.

Mas a própria e urgente necessidade de tentar saber, de algum modo, o que se passa no mundo nos impede de adotar esta atitude de recusa, de tal modo que passamos a tomar como "lírica" a genial proposta de Swann, personagem de Marcel Proust, que numa roda social parisiense, divaga sobre estes "aborrecidos jornais que agora nos julgamos obrigados a ler pela manhã e à noite".

"O que censuro aos jornais", diz ele, "é fazer-nos prestar atenção todos os dias a coisas insignificantes, ao passo que lemos três ou quatro vezes na vida os livros em que há coisas essenciais. De vez que rasgamos febrilmente cada manhã a faixa do jornal, deviam-se então mudar as coisas e pôr no jornal, digamos. . . Os Pensamentos de Pascal (acentuou o título com uma ênfase irônica para não parecer pedante). E no volume de corte dourado que só abrimos uma vez cada dez anos — acrescentou, testemunhando pelas coisas mundanas esse desdém que afetam certos homens de sociedade — é que le-

ríamos que a rainha da Grécia foi à Cannes, ou que a princesa de Léon deu um baile à fantasia. Com isto, estaria restabelecida a justa proporção."

Pura poesia à esta altura do campeonato. Resta-nos encarar de modo crítico estes discursos jornalísticos. Ou então, ler as notícias como se lê ficção: diversão e desejo: fazer de conta; crer, no fundo, que aquilo é verdade. Carência de aderir, de delegar, já que uma boa parte dentro de nós todos quer, gostaria e precisa acreditar que o real faz sentido (ou que a fala dos políticos vincula-se organicamente às suas ações), que o real de fato procede por acumulações linearmente coesas, progressivas. Como gostamos, num certo momento da história do país, de acreditar que um certo personagem chamado Tancredo Neves significava, enfim, uma possibilidade de mudança real, mudança e esperança personalizada e encarnada nele próprio. Projeção e personificação do desejo de justiça, que rapidinho viraria martírio e incredulidade diante da agonia e da lenta dança da morte que envolveria não só o corpo e a vida do presidente eleito mas a gama variada de expectativas e discursos que foram sendo construído no compasso deste drama de muitos atos.

Para desanuviar e revelar alguns bastidores que sofreram e produziram este drama (que contém também a face trágica e autoritária que estrutura a informação e a política de informação oficial no país). Fausto Neto produz um belo e precioso ensaio, permanecendo atento àqueles focos onde se ativa os dizeres que engendram poderes, ali nas entrelinhas, das revistas onde também o poder se exerce, se acumula, onde se finge saber, onde se ilude o leitor distraído via técnicas e modos de operar a linguagem fingindo-se não poder.

Antônio Fausto Neto é professor de Comunicação Social na Universidade Federal da Paraíba. Recém-lançou "O Corpo Falado (A doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras)", UFPb/PROEDE-MEC, João Pessoa, 1988. Com uma estrutura narrativa atraente que sacode a passividade do leitor e aguças os sentidos, o que Fausto faz é um trabalho de escuta intimista, e por isso fecunda. Aí sim, o real, e a linguagem decifrando-se enquanto decifra algumas falas outroatoca de novo a vida que de fato vivemos, e nos convida a olhar de outro lugar as revistas que sempre ou quase sempre distraidamente lemos.

Estamos sempre lendo textos de gente que escreve sobre homens que detêm poder, prestígio, ou são móveis de curiosidade ou glosa. "O Corpo

Falado" é sedutor e bastante para atrair-nos para o aconchego dos bastidores do jornalismo semanal, para fazer recostarmo-nos próximo à lareira ou à varanda e agora sim, agradavelmente estimulados à leitura, religarmos as antenas críticas e examinar, junto com o autor, as condições de produção destas maquinárias discursivas. Vamos aos poucos desassossegando os hábitos de quase-ler e mirando os mecanismos desta produtividade engenhosa de dizeres que não postulam recusar-se à razão instrumental mas que se pretendem combatente de seus "desvios".

Aquele que já nos ensinara a olhar com outros dispositivos os mecanismos de produção do jornalismo de tevê, nos repõe, agora, em contato com as tramas insidiosas das revistas no momento em que trataram do fato Tancredo Neves. Reside aí, nesta desautomatização da percepção, neste chamamento à atenção crítica do leitor, a fundamental inserção do livro de Fausto no campo das reflexões sobre as linguagens e seus poderes nos meios de comunicação de massa. E claro: devolver a cada um de nós, leitores, a dignidade do ato de leitura, e a liberdade de ler, de aprender ou reaprender a ler sem aderir, a ver desconfiando, a repensar juntos como atuam certos poderes. Para quem sabe vê-los um dia apodrecerem, abandonados à sua ilusão de onipotência.

Espécie de exercício de intermitente e contínua "retificação progressiva das ilusões", a linguagem de "O Corpo Falado" partilha daquilo que sobrou de saudável na tarefa intelectual, isto é, a desmistificação e a redução das ilusões.

Como diz Paul Ricouer: "a situação que hoje em dia se confere à linguagem, comporta essa dupla possibilidade, essa dupla solicitação, essa dupla urgência: de um lado, purificar o discursos de suas excrescências, liquidar os ídolos, ir da embriaguez à sobriedade, elaborar um balanço de nossa pobreza; do outro, fazer uso do movimento mais "nilista", mais destruidor, mais iconoclasta, para "deixar falar" aquilo que uma vez, aquilo que cada foi "dito" quando o sentido reapareceu, quando o sentido era pleno".

Movemo-nos hoje por entre os tênues fios desta dupla tentação: a vontade de ouvir, a vontade de suspeitar; desejo de rigor, desejo de obediência. Somos hoje, diz Paul Ricouer, "esses homens que não terminaram de matar os "ídolos" e que mal começaram a entender os símbolos. Talvez essa situação, em sua aparente desolação, seja instrutiva: talvez o

iconoclosmo extremo pertença à restauração do sentido”.

Talvez habite aí o sentido radical do instigante livro de Fausto Neto.

E talvez a razão pela qual sentimos na leitura, vez por outra, algo como uma sacudidela de riso, aquele riso restaurador, pós-destruição e reedição dos sentidos, que parece animar de lucidez a prosa restauração aderente do “Corpo Falado”.

NO CORPO DAS REVISTAS

E o que é que, por obra de uma linguagem crítica e atraente, esta presença de espírito reanimada nos convida a “ver”?

Vemos muitas das máscaras dos nossos interlocutores, os que escrevem nestas revistas semanais. Não fosse por outras qualidades, só esta tornaria urgente a o leitura do livro.

Nossos informantes semanais (para além da boa-fé e do esforço em desbloquear os muros se ocultam de fato as formas em que o poder oficial se atualiza e se reproduz) operam por meio de dispositivos que acobertam e escondem o ainda prestigiado “mito da objetividade”. Fazem de conta que são oniscientes, falam às vezes por dentro da cabeça ou do âmago do há-lito (.) do sujeito fonte. Estão em todos os lugares e têm certos poderes que fariam “he man” e os deuses morrerem de rir: — “por dentro não só da cena, mas da própria subjetividade do outro”. Nociva pretensão de ubiqüidade. (Ver pg. 36 a 44).

E o livro é farto em mostrar, via desativação de dispositivos linguageiros, como agem estes mecanismos. Mas o que importa aqui é enumerar outros destes dispositivos de poder fabricados no texto impresso. A fim de sugerir ao leitor a riqueza contida no livro mas, principalmente para chegar (e tentar sair) à vertigem que envolve a questão da “inter-subjetividade”: ponto de ancoragem onde a bateria crítica de Fausto vai nos (des)alojar.

A pauta que constrói a noção de atualidade inclui a “personalização” dos acontecimentos, “através da angulação dada a um determinado ator com quem o fato guarda relações” (pg. 70); supõe a “naturalização” dos fatos, onde tudo “faz parte da miséria humana” (pg. 67); a estratégia de atualidade implica ainda na “vedetização dos acontecimentos ou dos seus personagens” e na “recorrência ao campo simbólico dos leitores”. E neste sen-

tido, o exemplo da passagem do modelo técnico-científico para o religioso-transcendental como ressemantização do que acontecia com o corpo — Tancredo constitui-se num dos momentos em que o texto de Fausto cintila de densa luminosidade. (Ver pg. 80).

É verdade que boa parte do país desorientou-se naqueles longos dias de agonia do presidente eleito. Desorientação também derivada da impotência da mídia em dar conta do que se passava naquela “caixa de concreto” instalada na UTI da pailicéia. Mais o que cintila aí como uma espécie de perspicácia transversal do público é o fato de que diante da “pouca transparência existente entre a cena oficial e a cena jornalística” e do “protesto de outros imaginários diante da orquestração e dos rituais da política de informação posta em prática”, a “população passa, segundo seus modelos explicativos, a construir suas versões para explicar a agonia de Tancredo: “mau olhar”, “feijoadada envenenada”, vítima de tiro à base de arma silenciosa”, etc. (pg. 107).

Evidente que há “razões de Estado” que explicam a dificuldade da imprensa em relatar o que se passava com Tancredo. E o livro não ignora, ao contrário, incorpora na reflexão esta dificuldade. De qualquer modo, a questão examinada com argúcia por Fausto pode ser resumida na idéia de que “cada campo de conhecimento discursivo é constituído por um ritual que funciona nomeando e regulando a própria realidade à sua racionalidade”. (pg. 160).

Eis o ponto (aliás, típico da modernidade): cada campo de conhecimento se autonomizando institui-se mais ou menos como uma “tribo”, no sentido de que produz e retém mitologias próprias e que são de algum modo irredutíveis a outros campos. Espantosa torre de babel que estremece o branco do papel do redator semanal.

O ENCONTRO DE SUBJETIVIDADES

A linguagem jornalística é conhecida como instrumento, “meio” para veicular informação. Reluta em aceitar o fato de que “toda e qualquer linguagem é fenomenológica e sociologicamente situada.” A começar pelo corpo que a emite, “espaço contra a partir de mim como ponto ou grau zero da espacialidade. Eu não o vejo (o outro) segundo o seu invólucro exterior, vivo-o por dentro, estou englobado nele. Afinal de contas, o

mundo está em torno de mim e não adiante de mim", diz Merleau-Ponty.

E diz mais: "a linguagem não pressupõe uma tábua de correspondência, ela mesma desvela seus segredos, ensina-nos a qualquer criança que venha ao mundo, é toda mostraçãõ. Sua opacidade, sua obstinada referên-
cia a si mesma, suas voltas e redobros sobre si são precisamente o que fazem dela um poder espiritual: com efeito, torna-se por sua vez algo como um universo capaz de abrigar em si as próprias coisas, depois de tê-las mudado para seu sentido".

É este universo autônomo, aqui, o universo jornalístico, que cabe reconhecer e delinear. É percebendo-se autônoma relativizar-se, restabelecendo pontes entre seu universo e os outros.

A intersubjetividade é primordialmente um fenômeno corporal. É linguagem encarnada. Este é talvez o passo a seguir a dar, entrevisto na reflexão de "Corpo Falado". Ultrapassar o mito da objetividade, destruindo-o, para retomar como problema a questão da intersubjetividade.

Sendo corporal, este abismo de mim ao outro só pode ser palmilhado a partir do reconhecimento de que nada sabemos do outro. O que o discurso jornalístico recusa a ver. E Fausto nos mostra bem o caráter fantasioso e autoritário enrustido na pretensão de objetividade.

Percebendo a insuficiência destes vôos sobrevoantes o que parece restar (uma vez destruída, de modo afiado e sutil, o mito da objetividade) será interrogação o mistério da intersubjetividade e o modo possível de uma prática jornalística que reponha sem disfarces o problema: "como aproximar-se do outro sem transformá-lo em simulacro opaco de mim mesmo? E como ditanciar-se para vê-lo com novos olhos sem perdê-lo e seus contornos? Resta, no mínimo, assumir o risco da afasia; como retomar como minha fala prolixa e insubstituível do corpo outro?"

Radicalizando a interrogação caberia, ao fazer jornalístico questionar mais fundamente sua prática. E o livro de Fausto é um sugestivo modo de começar ou continuar a fazê-lo. Como? Embarcando na vertigem problemática que envolve o arco tenso da intersubjetividade: "em que medida aquilo que sabemos dos outros (por indicações, testemunhos, obras e acontecimentos) remete-nos de fato ao outro, ou apenas circunscreve, no campo aberto das relações interpessoais múltiplas e diferenciadas, no jogo fugídio das estratégias de desejos, interesses e poderes, um espaço perceptivo fundante a estruturar as relações singularizadas?"

Porque nada (ou quase nada) sabemos dos outros, e porque o outro não é desnudável sem que eu me desnude junto com ele, é que precisamos, primeiro, depositar nossas próprias pedras neste intrincado tabuleiro, declará-las, declarando sempre que possível nosso jogo.

Por esta senda, no entremeio deste ziguezague linguajeiro, quem sabe o espaço da informação figurasse num mapa menos manchado de interesses e pretenções, inconfessáveis. Do lado do poder de estado já o sabemos: a ele não interessa que os bastidores aproximem-se para o primeiro plano, o poder quer totalizar; do lado dos jornalistas, resta-lhes escolher entre o exercício fingido do poder, ou experimentar outras formas de linguagem em que o que se possa ver não seja o simulacro do outro nem somente a subjetividade situada de quem olha, mas o "resultado deste encontro de subjetividades"

Esta terceira margem da lauda nos daria, talvez, configurações menos dissimuladas, mais próximas da experiência que deveria transmitir. Já que parece não haver dúvidas de que a própria "maneira pela qual" jornalista e informante, repórter e objeto noticioso "construirão" a relação será de densidade relevante para a definição dos limites e a compreensão dos enunciados informativos.

Aí (e este é mais um dos tantos méritos de "Corpo Falado") um modo possível de reencontrarmos o próprio "limite" interposto neste encontro de subjetividade que criam uma terceira dimensão: a "tradução" que é o que, no entender de Lévi-Strauss, na verdade deve resultar, sem falsas pretenções positivas, deste diálogo daquele que quer informar com aquele que tem ou quer produzir a informação.

O mais, diria Adélia Prado, são as mal-traçadas linhas.

**RESUMOS
DE TESES**

A MALDIÇÃO DO TRABALHO
(Homens pobres, mendigos, ladrões. . . no imaginário
das elites nordestinas – 1850-1930)

Ariosvaldo da Silva Diniz

RESUMO

O trabalho investiga o processo de formação do trabalhador urbano na Paraíba, no período compreendido entre 1850-1930. A formação do trabalhador urbano foi entendida neste trabalho como o momento histórico de expropriação do homem livre pobre e o esforço da ordem dominante em enquadrá-lo na sociedade do trabalho.

Demonstra como a transformação do homem livre pobre ou ex-escravo em trabalhar assalariado não resultou apenas da sua condição de expropriação dos meios de produção. A expropriação do trabalhador dos seus meios de produção ou a privação deles não garantia, pura e simplesmente, a existência de um estoque de força de trabalho no mercado, já que esse mesmo homem pobre poderia recorrer a alternativas outras que não correspondessem às expectativas do capital.

Assim sendo, a inserção do homem livre pobre ou ex-escravo na sociedade de mercado, de maneira que ele viesse a se comportar como um vendedor de mercadoria (a sua força de trabalho), exigiu dos grupos dominantes a criação de estratégias de controle social que o constrangesse a se enquadrar nos limites da lei e da ordem, ou seja, na sociedade do trabalho. Essas estratégias de controle social se expressaram, no período aqui estudado, num duplo movimento, aparentemente contraditório, mas no fundo complementar. Por um lado, tratava-se da criação de um imaginário social burguês, fundado em normas e valores estruturados numa nova ética do trabalho,

que deveria funcionar como elemento de "convencimento" do homem pobre a integrar-se na sociedade de mercado possessivo. Por outro, tratava-se de criar novos dispositivos de vigilância e repressão que assegurassem o funcionamento da ordem social seriamente abalada com a redefinição das relações de trabalho.

Essa estratégia com duplo desdobramento, constitui-se no projeto político mais urgente e importante das elites dominantes brasileiras na passagem do século XIX para o século XX.

Desde a década de 1850, quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre passou a se colocar como uma exigência incontornável para muitos setores das elites no poder, pode-se observar como essas mesmas elites esboçam claramente, ainda que por meios divergentes, uma política de transição que tivesse o cuidado de garantir a dominação social dos proprietários, comerciantes e fabricantes.

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ao contrário do que muitos autores afirmaram, não significou a passagem de formas pré-capitalistas para formas capitalistas ou uma suposta substituição de grupos agrários tradicionais por grupos burgueses. A transição representou muito mais uma continuidade do que uma ruptura. Afinal, a substituição do trabalho escravo pelo livre significou uma reorganização do trabalho no interior do próprio capitalismo, cujos mecanismos para a obtenção do lucro passam a se estruturar sobre novos elementos mais eficientes de controle e disciplina.

Mas essa reorganização do processo de trabalho implicou em alterações significativas entre as classes sociais, a começar pelos grupos dominantes que passaram por reajustes no seu imaginário social e nas suas práticas de dominação.

Esse reajuste nas classes dominantes passava, em primeiro lugar, pela construção de um imaginário social onde a noção de trabalho ocuparia um ponto de referência fundamental, pois tratava-se de internalizar nos elementos egressos da ordem escravista a noção do trabalho como um bem, o valor supremo regulador do pacto social. O conceito de trabalho, de atividade degradante e embrutecedora, própria a seres inferiores — animais e escravos — se erige, então, em princípio regulador do social, valor supremo regenerador dos indivíduos. Dessa forma, o trabalho passará a constituir-se no elemento pedagógico, educador dos corpos e das mentes.

A grande empresa moralizadora se instituirá a partir da criação de todo um dispositivo de vigilância e repressão, para aqueles que resistissem a ingressar na sociedade do trabalho ou transgredissem suas regras.

O grande movimento de internamento dos pobres verificado no Brasil, na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras deste, com a criação de casas de trabalho, caridade, asilos, casas de detenção, escolas industriais, fábricas-prisões, fábricas-conventos ou simplesmente fábricas sem adjetivação, tinha como finalidade principal retirar da sociedade os loucos, vadios, mendigos, ladrões, prostitutas, camponeses expulsos de suas terras, ex-escravos, trabalhadores ocasionais, enfim, a chamada "escumalha" ou "rebotinho" de todas as categorias sociais e reconvertê-los em cidadãos úteis e plenamente moralizados pelo trabalho.

Sublinha-se em vários momentos deste trabalho como as práticas de confinamento das pessoas julgadas incapazes para o trabalho se constituiu numa preocupação constante das elites dominantes e caminhou acopladamente à grande empresa de transformação do homem pobre livre em trabalhador assalariado.

Neste sentido, vale ressaltar que as práticas disciplinares das casas de trabalho e instituições de confinamento do homem pobre, surgidas no século XIX no Brasil, foram precedidas neste mesmo país pela empresa colonial, que usando o trabalho escravo inaugurou uma nova mecânica de poder fundado na concentração de trabalhadores desituídos dos meios de produção e expropriados de qualquer saber técnico: o sistema de fábrica implantado com os engenhos de açúcar. Os engenhos de açúcar representaram de fato uma experiência pioneira do sistema de fábrica com todas as suas estratégias de constrangimento de uma grande massa de escravos a normas disciplinadoras e coercitivas.

A grande empresa de transformação do homem pobre em trabalhador disciplinado, na Paraíba, nos anos 1850-1930, resultou de um esforço das elites dominantes locais para impor um projeto de modernização na organização produtiva e nos equipamentos urbanos, sobretudo na Capital do Estado. Este conjunto de transformações apontavam para a instituição de uma nova ordem estruturada em novos padrões de disciplina e controle social que se expressam, na Paraíba, em práticas discursivas e não-discursivas visando pelo menos dois objetivos: 1) remodelar o espaço urbano, suas ruas, praças, jardins e serviços, de modo a instituir novas bases de convivência e hábitos tolerados em público; 2) reequipar a cidade com esta-

edificamentos comerciais e industriais mais racionais do ponto de vista produtivo, dotá-la com um porto que permitisse uma maior circulação de mercadorias, com instituições de confinamento da pobreza, retirando-a das ruas, etc.

Esse duplo movimento de modernização da economia e do espaço urbano convergiam para um só objetivo: instituir uma nova ordem cujos valores e normas se edificassem sob o princípio do trabalho. Nestes termos, as práticas discursivas e não-discursivas das elites dominantes tinham um objetivo concreto: submeter o homem pobre — fosse ele trabalhador ou vadio — à nova mecânica do poder.

Desse modo, modernizar a economia não era outra coisa que por em prática um modelo de organização social do trabalho onde o trabalhador se visse constrangido a se submeter aos rígidos padrões da ordem, disciplina e controle por parte do proprietário dos meios de produção. E nenhuma instituição burguesa conseguiu tal intento melhor do que a fábrica mecanizada. De fato, o modelo manchesteriano do sistema de fábrica, vitorioso em praticamente todo o mundo industrializado, se converterá na instituição por excelência onde tudo isso se efetiva, pois nele a potencialidade criadora do trabalho e a produtividade parecem ilimitadas. Daí a idealização da fábrica como modelo de organização produtiva, como espaço por natureza da racionalidade técnica, da produtividade e da valorização do trabalho.

A implantação de novos padrões de ordem e disciplina encontrou resistência por parte do homem pobre urbano, seja no espaço produtivo, seja no âmbito do conjunto do social. No espaço produtivo, a luta que se travou foi pela conservação da relativa autonomia e do saber fazer do trabalhador. Para muitas categorias de trabalhadores (artesãos ou artistas) a introdução da máquina, ao mesmo tempo que alterava o ritmo do processo de trabalho, aumentando a vigilância e a disciplina, provocava a expropriação do saber operário. O período objeto deste estudo parece assistir a um norte lento mas inexorável do artesão ou artista. No terreno da sociedade como um todo, a vasta empresa de normatização e moralização empreendida pelas elites dominantes, encontra resistência nos comportamentos "desviantes", nas formas de lazer, de pensar, de agir e nas práticas consideradas perniciosas e tradicionais, expressas pelas camadas populares.

Data da Defesa: 09/09/88

Orientador: Mauro Guilherme Pinheiro Koury

MOVIMENTOS SOCIAIS: A RESISTÊNCIA E O SABER

Fernando Luís da Silva

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada no Conjunto CASTELO BRANCO, J. Pessoa, onde procuramos refletir a construção e trajetória de um saber considerado na perspectiva dos Movimentos Sociais no período de 1982 a 1984. A nossa intenção é refletir este fenômeno a partir do processo de organização comunitária desencadeado pelos moradores daquele conjunto observando a prática "auto-gestionária" ou "auto-organizativa" por eles desenvolvida. O saber que nos referimos aqui é o que reflete a prática dos moradores, algo vivo que ocorre quando eles começam a se organizar como segmento na comunidade, através da produção dos seus movimentos, ou seja, originado das relações e práticas sociais ocorridas naquela comunidade.

Na análise de tal processo foram considerados alguns sujeitos sobre os quais se definiram os objetivos específicos:

a) A Associação de Moradores – é a partir do seu surgimento que os moradores desenvolvem todo esse processo. A Associação seria o suporte para o desenvolvimento de uma luta política onde dominação, resistência, relações de poder, conflitos, etc. . . , constroem todo o tecido das relações e práticas do conjunto.

b) Os grupos de resistência do bairro – estes grupos articulam uma resistência sistematizada pela propagação de um comportamento, no senti-

do de desestabilizar o discurso final (incorporado pela Associação até 1982), para tentar abrir espaços à participação de toda comunidade na Associação de Moradores.

c) O Estado — através de sua política habitacional cria mecanismos próprios ou específicos de dominação veiculando demandas ideológicas no sentido de ampliar a reprodução do capital. Ao lado disso, emite um discurso do tipo “participação comunitária”, de onde pelos seus cordões, dissemina o controle no seio dos grupos populares, ocasionando a reprodução de sua ideologia e a interiorização do poder.

Assim sendo, o Estado constrói mecanismos de controle na comunidade representados por grupos de pessoas constituídos na Associação de Moradores, e para tal, estabeleceu a difusão de uma política comunitária de cunho assistencialista no sentido de tentar arrefecer as aspirações dos moradores no que tange as suas reivindicações.

Grupos contrários a esse pensamento se organizam e desenvolvem uma resistência articulada no sentido de resgatar a associação de moradores para desenvolver uma política comunitária independente de favores do Estado. Pelo menos tentam, no interior da própria associação. E é pela resistência que os moradores se reúnem e opõem-se à política oficial, através de uma organização que resulta na construção de um saber, de um conhecimento possibilitador do exercício da cidadania. E este exercício, seria a construção de um campo simbólico que toma forma de uma representação social que substitui o pensamento, a atitude, a ação.

Data da Defesa: 20/10/88

Orientadora: Lourdes Maria Bandeira

TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E REPRODUÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO URBANA

Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira

O propósito do estudo consiste em buscar entender, sob a ótica do mundo do trabalho, as articulações que se estabelecem entre formas de inserção no mercado de trabalho urbano em diferentes momentos do itinerário do trabalhador com práticas de reprodução (particularmente o acesso à moradia) por ele adotadas, considerando-se seus reflexos no processo de urbanização mais recente – de 1960 a 1987 – sobre a cidade de João Pessoa. Tem-se, desse modo, a pretensão de se fazer uma nova leitura do urbano em que as necessidades de circulação e de reprodução da força de trabalho constituem o eixo da análise.

No que respeita a considerações teóricas, o estudo analisa e descarta, por apresentar limites e insuficiências à explicação do problema, as teorias neoclássica, segmentarista e dualista. Adota uma alternativa teórico-metodológica que inclui determinantes históricos no interior do processo de acumulação como explicativa de aspectos ligados à inserção/reprodução. Nesse sentido, extrapola a visão do desenvolvimento capitalista clássico para situar especificidades observáveis em nível da realidade brasileira, apresentando processos sócio-econômicos dentro da perspectiva do “modelo” de acumulação implantado no país pós-64 em que o capital estrangeiro e o Estado são fatores preponderantes.

A partir desse quadro, toma como área de referência para a realiza-

ção da pesquisa o bairro da Ilha do Bispo e a favela Miramar para reconstituir a trajetória ocupacional de trinta e um trabalhadores urbanos (empregada doméstica, pedreiro, servente de pedreiro, trabalhador "por conta própria", trabalhador de indústria, etc) correlacionando tal itinerário a modos de consumo (sobretudo o acesso à moradia), e meios reprodutivos.

Os resultados das análises são indicativos da coexistência de diferentes processos quanto à formação do espaço urbano, condicionado por diferentes lógicas – do Capital, do Estado e do trabalhador – o que reflete uma articulação entre uma heterogeneidade de formas de inserção no mercado de trabalho e de condições de reprodução do trabalhador.

Data da Defesa: 27/01/89 .

Orientadora: Ângela Maria Tude de Souza